



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANETE ALVES DA SILVA NOGUEIRA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE NATAL:
UMA REFLEXÃO SOBRE INSUCESSO E SUCESSO**



Natal/RN

2012

ANETE ALVES DA SILVA NOGUEIRA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE NATAL:
UMA REFLEXÃO SOBRE INSUCESSO E SUCESSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Maria Castanho Almeida Pernambuco

Natal/RN

2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os alunos da EJA que por algum momento de sua vida tiveram que abandonar seus estudos, aos quais deve ser dada a verdadeira possibilidade de permanência.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me permitir desfrutar de saúde e paz. Obrigada pela benção de estar sempre rodeada por pessoas de bem. Agradeço, ainda, por nossas longas conversas e por estar sempre presente na minha vida, me protegendo e me orientando pelos caminhos do significado e da fé para que eu possa concretizar a cada dia minha missão.

A meu esposo Júnior, cúmplice nos momentos certos e incertos da vida. Admiro sua sensibilidade em entender as minhas inquietações, sua capacidade de expressar o amor e se dedicar carinhosamente ao escrevermos cada momento da nossa história. Saiba que você, com o seu amor, cuida de mim como nunca imaginei ser merecedora. Não esqueça jamais: eu amo acordar ao seu lado e encontrar esse seu olhar que energiza a minha alma. Eu te amo.

Aos meus filhos Arthur e Álvaro pelo apoio nos momentos difíceis e compreensão de minhas ausências maternas.

A minha irmã Ana, que me estimula a seguir cada vez mais por caminhos que desconheço nesse universo sem volta que é o do conhecimento.

A todos que fazem parte da minha família, que me revelaram a cada reencontro a força do amor que existe entre nós, força que não sou capaz de explicar, apenas sentir.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Marta Pernambuco, por seus ensinamentos e suas orientações, seu carinho, sua atenção e confiança em todo o período do mestrado. Suas contribuições foram fundamentais para o meu crescimento como pesquisadora.

Aos professores que contribuíram em minha formação acadêmica, por demonstrarem compromisso com a educação e profissionalismo com a formação humana, representados aqui pelo querido Prof. Dr. Francisco de Assis Pereira.

Aos colegas que conviveram comigo no GEPEM, proporcionando momentos singulares. Em especial, Glauco e Jailson, pelos conselhos e ajuda na elaboração deste trabalho e, sobretudo, pela amizade que construímos nesse período.

À direção das escolas investigadas, pela compreensão, disponibilidade e atenção no período da pesquisa.

Eu conheço muitas pessoas que, de alguma forma, contribuíram com esta pesquisa, portanto, agradeço a todos.

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

Paulo Freire

NOGUEIRA, Anete Alves da Silva. **Educação de Jovens e Adultos na Cidade de Natal: Uma Reflexão Sobre Insucesso e Sucesso.** 72 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo pesquisar o insucesso e o sucesso na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com base nos índices de reprovação, aprovação e abandono das escolas do Município de Natal/RN. Foi necessário refletir sobre as razões pelas quais os educandos dessa modalidade estavam abandonando a escola, ficando assim desprovidos do acesso à escolaridade, enquanto outros permaneciam. Assim buscamos conhecer esses sujeitos e seu ambiente escolar. Na busca por esses fatores, iniciamos abordando a política da EJA, fazendo um percurso histórico, evidenciando fatos significativos na história do Brasil e da cidade de Natal. Na construção dos dados para a pesquisa, percorremos caminhos que nos levaram às Secretarias Estadual e Municipal, em busca dos índices de aprovação, reprovação e abandono. Baseados nesses índices escolhemos duas escolas: uma de maior e outra de menor índice de insucesso em relação ao encontrado no município. Pesquisamos o seu funcionamento através de entrevistas com alunos, professores, gestores e funcionários, análise de documentos das secretarias das escolas, e de documentos que regem a modalidade de EJA no município de Natal. Retomando o caminho trilhado, apontamos fatores internos e externos que possam vir a contribuir com o insucesso e o sucesso dos alunos das escolas pesquisadas, ressaltando que o diferencial entre as duas está no trabalho em equipe realizado pela escola que apresenta índice melhor. Apresentamos como aporte as contribuições de Cunha (1999), Beisegel (1974), Fávero (2009), Germano (1989), Haddad, Di Pierro (2000), Paiva (2004), Germano (1982), Martha Kohl (1999), Freire (1992), Ireland (2005), Patto (1992), Pocho (2003), Santos (2003) e documentos oficiais que regem essa modalidade de ensino no Estado do Rio Grande do Norte e na Cidade de Natal.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Evasão; Reprovação.

NOGUEIRA, Anete Alves da Silva. **Education of Youths and Adults in the City of Natal: A Reflection About Failure and Success.** 72 f. Dissertation in Education – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.

ABSTRACT

The present study aimed to find the failure and success in the Education of Youth and Adults (EJA), based on failure rates, approving and abandonment of schools in the city of Natal / RN. It was necessary to reflect on the reasons why the students of this modality were dropping out of school, thus deprived of access to education, while others remained. Thus we endeavored to understand these subjects and their school environment. In the search for these factors, we began approaching the policy of the EJA, making a historical, highlighting significant events in the history of Brazil and Natal. In the formulation of the data for research, traveled paths that led us to the state and municipal secretariats, in search of approval ratings, repetition and dropout. Based on these indices we have chosen two schools: one larger and one smaller failure rate compared to that found in the city. Searched their functioning through interviews with students, teachers, managers and employees, document analysis of the schools secretariats, and documents governing the modality of EJA in the city of Natal. Returning to the path taken, pointed internal and external factors that may contribute to the failure and success of the students of the schools surveyed, noting that the difference between the two is on teamwork performed by the school that has better content. Here's contributions as input Cunha (1999), Beisegel (1974), Favero(2009), Herman (1989), Haddad, Di Pierro (2000), Paiva (2004), Herman(1982), Martha Kohl (1999), Freire (1992), Ireland (2005), Patto (1992), Pocho (2003), Santos (2003) and official documents that govern this type of education in the state of Rio Grande do Norte and the city of Natal.

Keywords: Education of Young and Adult; Evasion; Fail

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Matrícula por idade e zona administrativa Ano/2009.....	38
Gráfico 02 – Matrícula por idade e zona administrativa.....	39
Gráfico 03 - % de alunos por zona e os índices de aprovação, reprovação e abandono por zona – 1º ao 5º ano/Ano 2009.....	40
Gráfico 04 - % de alunos por zona e os índices de aprovação, reprovação e abandono por zona – nível III e IV (5ª a 8ª série).....	41
Imagem 01 - Mapa da cidade de Natal dividida em zonas administrativas quantidade de escolas em funcionamento com turmas de EJA ano - 2010.....	20
Quadro 01 – Coleta de dados da Ficha individual e Lista atualizada.....	46
Quadro 02 – Profissão dos alunos.....	48
Quadro 03 – Profissão dos Alunos.....	54
Tabela 01 - Local de nascimento dos alunos da Escola Canário.....	45
Tabela 02 - Idade média dos alunos da Escola Canário	45
Tabela 03 - Rendimento anual da Escola Canário/Ano 2010.....	47
Tabela 04 - Local de nascimento dos alunos Da escola Escola Sabiá.....	53
Tabela 05 - Idade media dos alunos da Escola Sabiá	54
Tabela 06 - Rendimento escolar da Escola Sabiá, no ano de 2010.....	56

LISTA DE SIGLAS

ALFASOL - Alfabetização Solidária
APA - Assessoria de Planejamento e Avaliação
ATP – Assessoria Técnica de Planejamento
CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba
CPC - Centro Popular de Cultura
CONFITEA – Conferencia Internacional de Jovens e Adultos
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FNEP – Fundo Nacional do Ensino Primário
FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA - Movimento de Alfabetização para Jovens e Adultos
OEA - Organização dos Estados Americanos
PAF - Programa de Educação Funcional
PEI - Programa de Educação Integral
PIJ – Programa de Educação Infanto-Juvenil

PRONTEL – Programa Nacional de Teleducação

SEEC - Secretaria Estadual de Educação e Cultura

SEJA- Setor de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação

SME - Secretaria Municipal de Educação de Natal

SIREMA – Sistema Rádio Educativo Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 POLÍTICA DA EJA: UM PERCURSO NA HISTÓRIA DO BRASIL	22
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE NATAL	30
3 INSUCESSO E SUCESSO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM NATAL/RN	37
3.1 ESCOLAS PESQUISADAS	42
3.1.1 A Escola Canário	42
3.1.2 A Escola Sabiá	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	65
APÊNDICE A - Escolas em funcionamento na cidade de Natal/Ano 2010.....	64
APÊNDICE B - Índices de Aprovação, Reprovação e Abandono da EJA nas Escolas Municipais de Natal – Níveis I e II - Ano 2009.....	65
APÊNDICE C - Índices de Aprovação, Reprovação e Abandono da EJA nas Escolas Municipais de Natal – níveis III e IV- Ano 2009.....	67

INTRODUÇÃO

No cotidiano da vida acadêmica, é comum ouvirmos perguntas e, conseqüentemente, comentários sobre a pesquisa que hora realizamos. Nestes diálogos informais, procuramos satisfazer a curiosidade relatando que estamos pesquisando o sucesso e o insucesso na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas do município de Natal/RN.

Dentre estas indagações, as mais comuns são: Por que pesquisar jovens e adultos? E pesquisar insucesso e sucesso na EJA? Você não acha muito comum? Muitas pessoas já pesquisam sobre isso, você não acha melhor mudar seu objeto por um que tenha sido pouco pesquisado? Enfim, para sintetizar, e talvez responder às indagações feitas, fui buscar na minha memória, na minha trajetória de vida, minhas motivações para esta pesquisa.

Desde criança convivi com pessoas não alfabetizadas, ajudando meu pai e meus irmãos a fazer o ponto dos pedreiros. Não entendia bem o porquê de o meu pai precisar da nossa ajuda, pois ele sabia fazer tantos “cálculos de cabeça”. Foi então que descobri que ele só estudara até a 4ª série, escrevia pouco, mas em cálculos era muito bom. De tanto observar o pagamento dos trabalhadores, passei a ter também uma função, que era ajudar os trabalhadores não alfabetizados a colocar a sua digital na folha de pagamento. Não gostava daquilo, era uma situação constrangedora, tanto para mim quanto para os pedreiros. Notava que eles sentiam vergonha por esta condição, ficavam tímidos ao me perguntarem onde colocar a digital.

Nessa época, minha irmã assumiu uma turma do MOBREAL, e alguns pedreiros e minha mãe se matricularam. Minha mãe nunca tinha frequentado a escola, aprendeu a ler escondida na cozinha, fingindo limpá-la, enquanto meus tios recebiam aula particular, pois, para meu avô, aprender a ler e escrever eram coisas para homens. Já os pedreiros vieram do interior do estado, onde desde criança trabalhavam na roça, e não tinham acesso à escola porque necessitavam contribuir com o sustento da família e por não ter escola perto de casa. A inserção dessas pessoas na escola não teve sucesso, todos eles desistiram; no caso da minha mãe, ela se sentia cansada após os afazeres domésticos e não tinha o apoio do meu pai. Quanto aos pedreiros, alguns aprenderam a assinar o nome passando a fazê-lo na folha de pagamento, mas desistiram alegando cansaço após o dia na obra.

Dessa experiência podemos tirar pontos que nos fazem refletir sobre a escola que está posta para os alunos da EJA, sendo necessário se pensar nas condições dos sujeitos, seus

tempos para que a escola possa acolher os alunos, possibilitando a continuidade dos seus estudos com sucesso. Andrade (2006) em seu texto diz que:

A escola, sem dúvida, terá mais sucesso como instituição flexível, com novos modelos de avaliação e sistemas de convivência, que considerem a diversidade da condição do aluno de EJA, atendendo às dimensões do desenvolvimento, acompanhando e facilitando um projeto de vida, desenvolvendo o sentido de pertencimento. Para tanto, é essencial que os processos de formação de professores procurem conhecer as diferentes formas de atendimento da EJA, seus sujeitos, cotidianos e de, fundamentalmente, pensar as possibilidades de um dia a dia mais promissor para aqueles que encontram nessa modalidade educativa, muitas vezes, a última chance de escolarização (ANDRADE, 2006, p. 1).

Como profissional, iniciei em turmas de pré-escola e, paralelamente, no turno noturno, com turmas de alfabetização de jovens e adultos, utilizando o mesmo método de alfabetização, que era o silábico e as mesmas atividades até então infantilizadas para esta clientela. As turmas que lecionei eram formadas por operários da construção civil, mecânicos, vendedores ambulantes, empregadas domésticas, donas de casa e alguns adolescentes que não tinham profissão e emprego definido, embora ajudassem no sustento familiar, ficando responsáveis pelas suas residências, enquanto outras pessoas da família trabalhavam, ou fazendo alguma atividade remunerada desde que solicitado.

Nesta trajetória profissional, inúmeras foram as vezes que me senti decepcionada devido ao abandono de alunos. Ficava me questionando o que poderia estar causando aquele abandono, mesmo de alunos que estavam tendo um bom rendimento escolar. No ano seguinte, em conversas informais procurava saber o motivo do abandono, os mais frequentes por eles apontados seriam um novo emprego, mudança de bairro, demissão, mudança de estado civil e gravidez. Com o passar dos anos, passei a perceber que em ano eleitoral e próximo às festividades de fim de ano, o abandono era ainda maior. Tentava de várias formas mantê-los na escola, mas não tinha sucesso. Por mais flexível que fosse a estrutura organizada pela escola não se permitia adaptações que pudesse atendê-los.

Minha inquietação me levava a conversar com colegas de trabalho, que até então compreendiam o abandono como falta de interesse, tal como pensavam os alunos. Mas isso não bastava.

Quando fui aprovada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no Curso de Pedagogia, não trabalhava mais com crianças, lecionava apenas para jovens e adultos. Devido ao currículo do curso, precisei optar por um núcleo e busquei o de jovens e adultos para aperfeiçoar minha prática na EJA, no entanto, o referido núcleo não estava em

funcionamento. Já nos últimos semestres do curso, passei a fazer parte do Programa Alfabetização Solidária (ALFASOL)¹ como coordenadora setorial dos Municípios de Jandaíra e Nova Cruz. A participação neste programa foi um salto qualitativo na minha vida acadêmica, pois passei a estudar especificamente a educação de jovens e adultos, já que o Curso de Pedagogia, em suas disciplinas, apontava apenas para o trabalho com crianças. Nos estudos do grupo, conheci algumas obras de Paulo Freire, que até então não conhecia, li textos e participei de discussões que tratavam da alfabetização de adultos e do seu contexto.

O Programa Alfabetização Solidária proporcionava viagens aos municípios do Rio Grande do Norte, e, nessas visitas, encontrava professores preocupados com o abandono dos alunos. Eles me relatavam as conversas e visitas feitas às suas casas alunos como tentativa de incentivar a permanência no programa, sendo muitas vezes não exitosas, deixando-os aflitos.

A partir da vivência das atividades que desenvolvia com Educação de Jovens e Adultos, escrevi a monografia de conclusão do curso, que teve como título “Saberes, sabores e dissabores na educação de jovens e adultos”. Nesse trabalho, busquei fazer uma reflexão sobre os saberes da escola, do professor e do aluno, apontando a postura excludente e preconceituosa dessa instituição na sociedade, dirigindo o olhar sobre a escola, sua organização, sua forma de avaliação, o modo de agir dos professores e o não reconhecimento dos saberes que o aluno traz.

Ingressei no Programa Formação de Formadores em EJA, pela Universidade de Brasília/UnB, frequentando assim, uma especialização a distância. Nesse curso, meu Trabalho de Conclusão tinha como título “**As tecnologias educacionais acessíveis na escola pública na EJA:** contribuições para o seu uso na sala de aula.” Nesse trabalho, descrevi as tecnologias educacionais possíveis de utilização na sala de aula da EJA, pressupondo que tais tecnologias pudessem contribuir para dinamizar os processos de ensino e de aprendizagem, na perspectiva de minimizar o abandono escolar. Apesar de ter escrito o TCC, não defendi.

No ano seguinte, a Secretaria Estadual de Educação ofereceu o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos: Linguagens e Educação. Tratava-se de um curso presencial, mas aligeirado. Conclui o curso apresentando como TCC o texto “Contribuições dos recursos tecnológicos para a educação de jovens e adultos”. Nesse trabalho, busquei dirigir o olhar para a sala de aula, onde o professor utiliza como tecnologia,

¹ É uma entidade da sociedade civil criada em 1996 com a missão de disseminar e fortalecer o desenvolvimento social por meio de práticas educativas sustentáveis. Com um modelo simples de alfabetização inicial, inovador e de baixo custo, baseado no sistema de parcerias com os diversos setores da sociedade a Organização trabalha pela redução dos altos índices de analfabetismo no país (da ordem de 13,6 % segundo o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

quase sempre, o quadro de giz e o livro didático. Isso nos remete a refletir sobre a organização da escola, defendendo a construção do Projeto Político Pedagógico e o Currículo, nos quais deve estar incluso o uso das tecnologias, dependentes e independentes. Segundo Pocho (2003, p. 9), elas dividem-se em dependentes, por dependerem de recursos elétricos ou eletrônicos, e as independentes não; propondo, assim, a reapropriação de tecnologias independentes antes usadas pelos professores e hoje esquecidas, por terem sua concepção de tecnologia restrita ao uso de máquinas.

A escrita desses trabalhos deu-se por perceber, ao longo da minha trajetória profissional, lidando com professores e alunos, que o insucesso refletido, muitas vezes, por meio do abandono escolar, atinge todas as categorias sociais, embora os jovens e adultos oriundos dos meios desfavorecidos sofram as consequências de uma maneira mais impactante (PATTO, 1992). Registrei que a Educação de Jovens e adultos é uma modalidade de ensino na qual é grande a incidência de dificuldades em aprender e em mostrar o que se sabe, o que contribui para a reprovação e a evasão. Assim, entendia que o uso da tecnologia educacional poderia contribuir para a mudança daquele quadro por possibilitar a dinamização da aula, tornando os seus conteúdos mais atraentes e significativos.

Desta forma, a iniciativa de pesquisar o insucesso e o sucesso na Educação de Jovens e Adultos, com base nos índices de reprovação, aprovação e abandono das escolas estudadas, deu-se por vivenciar estes problemas na minha prática pedagógica, enquanto professora da rede municipal, e, assim, questionar sobre quais fatores levam o aluno a abandonar a escola, causando seu insucesso, bem como os que contribuem para sua permanência, levando ao sucesso desses alunos, considerando-se os índices mencionados.

A preocupação com o sucesso e o insucesso dos alunos da Educação de Jovens e Adultos é um tema muito presente em vários estudos na área da educação, especialmente. Oliveira (1999) nos fala que os altos índices de evasão e repetência na educação de jovens e adultos indicam falta de sintonia entre a escola e os alunos que dela se servem, embora não possamos desconsiderar, a esse respeito, fatores de ordem socioeconômica, os quais acabam por impedir que os alunos se dediquem plenamente a seu projeto pessoal de envolvimento.

As escolas não estão adequadas para esse público, pois não é alvo original das instituições. Currículos, programas, método de ensino, merenda, foram originalmente concebidos para crianças e adolescentes que percorreram o caminho da educação escolar em seu aspecto regular. A escola não foi pensada para o aluno de escolaridade tardia que precisa trabalhar e buscar seu sustento e o da família. Assim, por não encontrarem significado no

fazer escolar, que na maioria das vezes os leva a crer que são incapazes, a saída, para a maioria, é o abandono.

Além dos fatores que contribuem para o abandono escolar de alunos jovens e adultos, conforme mencionado acima, pode-se acrescentar, ainda, a própria linguagem utilizada pela escola, através da qual o professor, assim como toda a equipe escolar, determinam as regras a serem cumpridas. Além disso, aspectos de ordem afetiva também podem contribuir com a exclusão desses alunos mais uma vez.

Acredito ser importante se pensar num processo de formação continuada que garanta ao indivíduo uma educação eficaz no seu trabalho e, sobretudo, na sua vida pessoal e familiar, pois, dessa forma, estaremos mais perto de uma educação que atenda às necessidades individuais e às exigências coletivas. Ademais, uma educação afinada ao perfil dos estudantes, bem como ao contexto sociocultural onde estão imersos, também se faz necessária.

Nesse viés, uma educação nestes termos

implica uma ‘apropriação’ do contexto; uma inserção nele; um não ficar “aderido” a ele; um não estar quase ‘sob’ o tempo, mas no tempo. Implica reconhecer-se homem. Homem que deve atuar, pensar, crescer, transformar e não adaptar-se fatalisticamente a uma realidade desumanizante (FREIRE, 2002, p.60, grifos do autor).

Todas as lutas e anseios de uma população perpassam o contexto escolar, indo além dele, exigindo que a escola, entidade responsável pela sistematização do conhecimento, possa trabalhar para proporcionar a homens e mulheres condições de melhor interagir e participar nas transformações tão necessárias, pois, a volta e a permanência do adulto na escola é, segundo Freire (2002), muito mais do que um ato político ou um ato de conhecimento: constitui-se num ato criador que provoca uma reflexão constante a respeito do seu papel social, enquanto indivíduo inserido em um contexto social e criador desse contexto. Portanto, nesse processo, o educando é visto como sujeito de sua aprendizagem.

Analisando a trajetória da Educação de Jovens e Adultos na Secretaria Municipal de Educação de Natal, percebemos que houve pouca discussão no que diz respeito ao conhecimento dos sujeitos, metodologia de trabalho e ao atendimento a ser utilizado para a escolarização do adulto, tendo-se em vista que se trata de questões diferentes da forma como se encaminha com crianças, afinal, todo o contexto social do adulto difere da forma como se trabalha com a criança.

Uma das situações-problema com as quais convivemos e que, como professora da Educação de Jovens e Adultos, vem me incomodando, é o abandono dos alunos. Questões como: por que esse aluno deixa de frequentar as aulas? Que fatores contribuem para esse abandono/insucesso e o que faz com que alguns permaneçam, obtendo assim sucesso na sua jornada? Será que a situação econômica, fortalecida pela necessidade de emprego, tornou-se um empecilho para sua continuidade? Ou estes sucessos e insucessos têm a ver com a dinâmica interna da escola? A acessibilidade à escola contribui com o sucesso e insucesso do aluno? Tudo isso se traduz em dois eixos: fatores internos e externos.

Tais indagações estimulam meu pensamento e, como educadora na Cidade de Natal/RN, gostaria de refletir acerca dos fenômenos chamados aqui de “insucesso e sucesso” com base nos índices anteriormente sinalizados, a saber: reprovação, aprovação e abandono. Ao fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado, pudemos perceber que existe e persiste a demanda de produção de conhecimento sobre esta modalidade, pois, segundo Arroyo (2006), o campo da EJA tem uma longa história, entretanto, não é ainda um campo consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas.

Neste sentido, é importante, nesta pesquisa, refletir sobre as razões pelas quais os educandos que hoje fazem parte da Educação de Jovens e Adultos no município de Natal/RN estão abandonando a escola, ficando, assim, desprovidos do acesso à escolaridade. Concomitantemente, alguns alunos permanecem, o que nos leva a indagar sobre quais fatores levam esses alunos a abandonarem seus estudos e o que os levam a permanecer?

Tal reflexão servirá de base para a elaboração e/ou aprimoramento de processos pedagógicos específicos para esse público. Segundo Martha Kohl (1999), a educação de jovens e adultos refere-se não apenas a uma questão etária, mas, sobretudo, de especificidades culturais, ou seja, embora se defina um recorte cronológico, os jovens e adultos aos quais se dirigem as ações educativas desse campo educacional não são quaisquer jovens e adultos, mas uma parcela da população. Pertencentes a uma classe social de baixa condição socioeconômica, muitos desses estudantes se veem pressionados, desde cedo, a buscarem formas de contribuir com as despesas familiares e, para isso, ingressam na realização de atividades que proporcionem resultados financeiros. Isso contribui para que tenham dificuldades em acompanhar e, até mesmo, frequentar a escola, decorrendo, assim, os altos índices de distorção idade/série e de abandono.

A questão do insucesso tem sido tratada na literatura do ponto de vista de fracasso escolar, de evasão e, atualmente, a partir dos resultados de pesquisas estatísticas, foi definido

um indicador, chamado índice de insucesso, que revela aspectos sobre o abandono de maneira a quantificá-los, mostrando, assim, aspectos da realidade das escolas pesquisadas. Este indicador foi pesquisado e organizado em dados estatísticos nos revelando que as escolas municipais da Cidade de Natal, com turmas de Educação de Jovens e Adultos, apresentam um índice de abandono nos Níveis I e II de 43,88% e nos Níveis III e IV de 49,22% no ano de 2009.

A iniciativa de pesquisar o insucesso e o sucesso na Educação de Jovens e Adultos no município de Natal, tomando-se como parâmetro de análise os índices de reprovação, aprovação e abandono coletados e evidenciados nos gráficos alocados no decorrer deste trabalho, deu-se por vivenciar esse problema ao longo de 18 anos de prática pedagógica nas salas de aula dessa modalidade enquanto professora da rede municipal, e, assim, questionar sobre quais fatores contribuem para que esses alunos abandonem ou permaneçam na escola.

Iniciamos nossa busca por respostas para esse questionamento pesquisando quantas e quais escolas estavam funcionando com turmas de Educação de Jovens e Adultos no ano de 2009, com o objetivo de ter uma visão geral do que estava funcionando naquele momento. Desta forma, fomos levantar dados junto à Secretaria Municipal de Educação de Natal (SME), mais especificamente no SEJA (Setor de Educação de Jovens e Adultos) da SME. Tivemos um diálogo informal com duas técnicas, pois já tínhamos um relacionamento profissional com as mesmas, expondo o objetivo da nossa busca para saber quantas e quais escolas estavam funcionando. Assim, nos foram mostradas as pastas onde estão guardadas as informações sobre as escolas, que são colhidas durante a visita dos técnicos. Dentro das pastas individuais de cada instituição, está guardada uma folha de papel pautado, manuscrita, que as técnicas chamam de “mapa”, no qual se registram as informações coletadas nos monitoramentos escolares. Neste mapa consta o número de salas de aula em funcionamento e as observações feitas sobre o planejamento em cada instituição, o funcionamento das salas de vídeo, biblioteca, laboratório de informática e merenda. Com esse material, fizemos o levantamento do nome das escolas e do número de salas em funcionamento com turmas de Educação de Jovens e Adultos na Cidade de Natal.

Registramos as informações em um quadro, mostrando que existiam 28 escolas na rede municipal de educação em funcionamento com turmas de EJA sendo: 65 salas de aula com turmas do nível I e II, que equivalem a turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; e 162 salas funcionando com os níveis III e IV, que são equivalentes a turmas do 6º ao 9º ano do mesmo nível de ensino, totalizando 227 salas de aula em funcionamento no turno noturno. Dando continuidade, pesquisamos no site da SME, o endereço, o número do telefone e o

nome dos atuais diretores das 28 escolas, montando tabela com essas informações separadas por zona administrativa da Cidade de Natal.

A Educação de Jovens e Adultos foi constituída como tema da política educacional no Brasil mais fortemente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9394/96. É uma modalidade de ensino voltada às pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar a escola em sua faixa etária ou por algum motivo abandonaram a escola antes de concluir a Educação Básica. O parágrafo 2º da LDB dispõe sobre a responsabilidade do poder público de viabilizar e estimular o acesso e a permanência do aluno na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Diante da afirmativa da Lei, este estudo pretende investigar os fatores que levam ao insucesso e ao sucesso nas turmas da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Educação da Cidade do Natal/RN.

Assim sendo, a proposição desta pesquisa na Educação de Jovens e Adultos atém-se especialmente a essa realidade e reafirma a necessidade de conhecer esses sujeitos para que se desenvolvam estudos coerentes a essa demanda, de modo que despertem, atraiam e mantenham esses jovens e adultos no ambiente escolar, e, mais que isso, favoreçam a evolução na busca e produção dos conhecimentos que se constituem em base significativa a seus progressos enquanto seres humanos e sujeitos sociais, passíveis de todos os direitos e deveres a eles atribuídos. Segundo Ireland (2005), advoga-se aqui uma escola que seja, ao mesmo tempo, reparadora, equitativa e qualificadora.

Para tentar compreender o abandono dos alunos é preciso, antes de qualquer coisa, ver e compreender como a escola está organizada por dentro. É preciso saber o que acontece com os alunos dentro da instituição. Faz-se necessário, portanto, conhecer os mecanismos e o modo de funcionamento dessa engrenagem que faz com que poucos tenham sucesso e a grande maioria abandone. Dessa forma, escolhemos duas escolas dentre as 28 para olhar o seu cotidiano em função dos índices de maior e menor insucesso em relação ao encontrado no município e por termos maior facilidade de acesso às informações, devido a possuímos conhecimento com a equipe gestora, pois não é corriqueiro receber pesquisadores no seu dia a dia.

As escolas escolhidas estão situadas em bairros periféricos, atendendo uma população com o nível socioeconômico semelhante, mas que apresentam índices muito diferentes quanto ao insucesso e ao sucesso, sendo uma com um índice alto e outra com um índice baixo. É nesse contexto que surge a necessidade de observar o cotidiano dessas escolas para perceber e estudar as relações entre os índices de abandono e permanência com o que, de fato, ocorre nas escolas.

A hipótese que tínhamos era de que a idade influenciava esses dados, porque encontramos alunos com idade abaixo da prevista pela Lei e pensamos que o fato de terem sido colocados no turno noturno estaria provocando seu abandono.

Supomos que os alunos poderiam ser de outras cidades e por algum motivo retornavam para seu local de origem, por ficarem desempregados sem condições de dar ou contribuir com o sustento da família; ou o turno e o tempo destinado ao trabalho não os permitia chegar no horário; poderia ser também a organização da escola que estava inadequada ao perfil do aluno, por falta de equipamentos adequados ou em bom funcionamento para dar aula; como também o despreparo do professor em lidar com jovens e adultos ou a ausência dele na instituição que causava desestímulo em permanecer.

Durante a pesquisa na escola, fizemos coleta de informações sobre as idades, o local de nascimento e as profissões, usando as fichas individuais de matrícula de todos os níveis da Educação de Jovens e Adultos das escolas, mas o nosso olhar foi mais atencioso aos níveis III e IV, que correspondem aos anos finais do Ensino Fundamental, por estar neles o maior número de alunos matriculados.

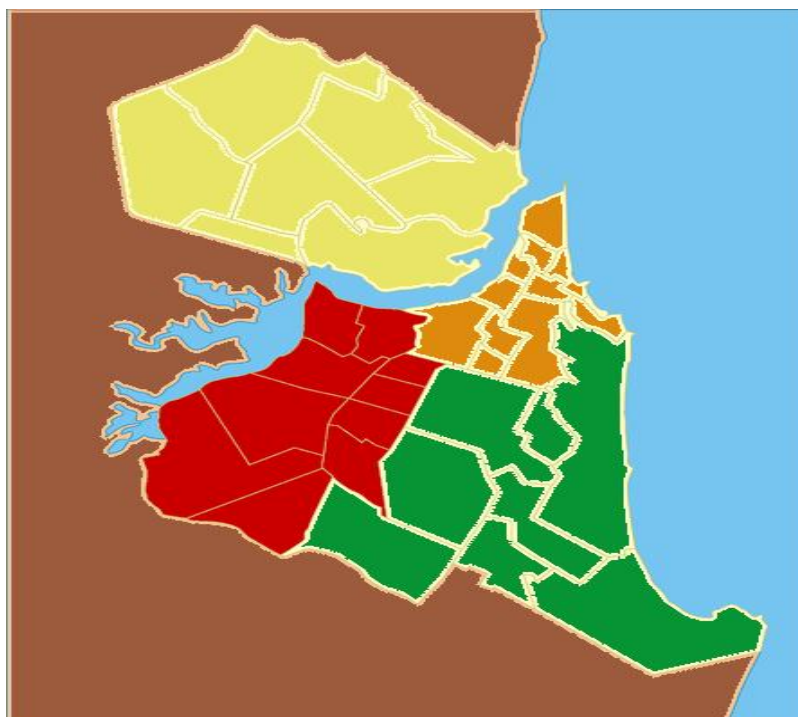
Realizamos diálogos informais com gestores, coordenadores, professores, assistentes de secretaria, merendeiras e alunos, embora tivéssemos metas bem definidas, por acreditar que as informações colhidas seriam mais significativas.

Decidimos, nesta pesquisa, usar nomes fictícios para as escolas, de modo a evitar que as informações aqui colhidas e analisadas sejam usadas de alguma forma para estigmatizá-las. Os codinomes utilizados foram: Escola Canário e Escola Sabiá. Na primeira, pesquisamos sobre o insucesso, e, na segunda, sobre o sucesso.

Usando o mapa da Cidade de Natal, visualizamos o total de instituições por zona administrativa da cidade, constatando que o maior número de escolas municipais com salas de Educação de Jovens e Adultos localiza-se na Zona Oeste e Norte de Natal, em bairros periféricos.

Ainda convém lembrar que, a visualização do nosso campo de pesquisa foi um passo decisivo no recorte da pesquisa e na organização do trabalho que se concretizaram nos capítulos construídos.

**Imagem 01 - Mapa da cidade de Natal dividida em zonas administrativas
Quantidade de escolas em funcionamento com turmas de EJA
ano – 2010**



Zona Norte	Zona Oeste	Zona Leste	Zona Sul
11 escolas	12 escolas	02 escolas	03 escolas

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, abordamos a política da EJA, fazendo um percurso na história do Brasil, evidenciando fatos significativos de sua construção e a relação desses fatos com a realidade atual da modalidade, em prol de uma educação mais democrática no País. Para isso, apresentamos como aporte as contribuições de Cunha (1999), Beisegel (1974), Fávero (2009), Germano (1989), Haddad, Di Pierro (2000) e Paiva (2004).

No segundo capítulo intitulado “Educação de Jovens e Adultos na Cidade de Natal/RN”, fazemos uma breve retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos na Cidade de Natal, dada a importância da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler no cenário educacional brasileiro, principalmente no atendimento a pessoas jovens e adultas e por ser esse o local onde desenvolvemos a pesquisa. Enfatizamos as ações realizadas pela Prefeitura de Natal, através da Secretaria Municipal de Educação (SME), na Educação de Jovens e Adultos, tomando como embasamento as reflexões de Germano (1982), Martha Kohl

(1999) e documentos oficiais que regem essa modalidade no Estado do Rio Grande do Norte e na Cidade de Natal.

No terceiro capítulo, tratamos dos caminhos percorridos no desenvolvimento da nossa pesquisa para a construção dos dados que possam responder aos nossos questionamentos referentes aos fatores que levam o aluno da Educação de Jovens e Adultos da Cidade de Natal a abandonar a escola e quais contribuem para seu sucesso. Abordamos, ainda, a observação do cotidiano das escolas nas quais coletamos e analisamos documentos que pudessem apontar fatores de insucesso e sucesso, bem como os resultados das entrevistas informais com professores, alunos, gestores e funcionários.

Nas considerações finais, fazemos uma retomada sucinta do caminho trilhado na pesquisa apontando fatores internos e externos que podem vir a contribuir com o sucesso e o insucesso dos alunos das escolas pesquisadas, ressaltando um diferencial entre as duas escolas que é o trabalho em equipe realizado pela escola que apresenta o índice melhor.

1 POLÍTICA DA EJA: UM PERCURSO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Compreender o sentido do que se entende por Educação de Jovens e Adultos hoje no Brasil exige algum conhecimento de como essa modalidade educativa se constituiu na história da educação brasileira.

Durante muito tempo, a reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos remetia-nos meramente às práticas e ações desenvolvidas por programas de alfabetização de adultos, destinados a pessoas que, durante a infância, por motivos diversos, não aprenderam a ler e a escrever. Hoje, múltiplos desafios se colocam nesse campo, exigindo de educadores, pesquisadores, formuladores de políticas e equipes pedagógicas uma nova abordagem para o planejamento e o desenvolvimento de ações educativas para esses grupos. No Brasil, convivemos com diversos problemas relacionados, por um lado, com a democratização do acesso e criação de condições adequadas para a permanência no ensino fundamental e, por outro, com o desenvolvimento de práticas educativas e culturais que contemplem as exigências atuais das sociedades modernas.

A valorização da Educação de Jovens e Adultos deu-se a partir do desenvolvimento industrial brasileiro, quando observada pelos que a entendiam como domínio da língua falada e escrita, tendo como objetivo o domínio das técnicas de produção e os que a tinham como instrumento de ascensão social e como meio de progresso do país; e outros ainda que a viam como forma de ampliar o eleitorado (CUNHA, 1999).

Devido aos altos índices de analfabetismo no país, no ano de 1940, a população analfabeta passa a ter relevância e certa independência devido à criação, pelo Governo Federal, do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), iniciando os mecanismos de convênio entre União, Estados e Municípios. Esse fundo era destinado à alfabetização e a educação popular adulta analfabeta, visto que ampliou a educação elementar aos adultos e traçou diretrizes para toda educação do país.

Terminada a II Guerra Mundial, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) solicita aos países integrantes esforços com o objetivo de educar a população adulta analfabeta.

Sob a influência da UNESCO, o Brasil e outros países assumiram como Educação de Jovens e Adultos essa concepção de base, ou educação fundamental, sendo assim entendida como um mínimo de conhecimentos, em termos de necessidades individuais, mas levando em consideração necessidades e problemas da coletividade, bem como promovendo a busca de soluções para esses problemas por meio de métodos ativos. Abarcava diversos conteúdos,

tendo como objetivo a formação de atitudes e a transmissão de conhecimentos (UNESCO, 1949, p.11-12, apud BEISEGEL, 1974, p. 81-82). Desse modo, na letra da Lei da UNESCO, nos termos de Fávero (2009), temos que:

1) Desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler, escrever, falar e ouvir, calcular); 2) desenvolvimento profissional (agricultura, trabalhos caseiros, edificação, formação técnica e comercial necessária ao progresso econômico; 3) desenvolvimento de habilidades domésticas (preparação de comida, cuidado das crianças e enfermos); 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios; 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva; 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais (elementos científico - práticos); 7) conhecimento e compreensão do ambiente humano (organização econômica e social, leis e governos); 8) conhecimento das outras partes do mundo e dos povos que nelas habitam; 9) conhecimento de qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno, como são o ponto de vista pessoal e a iniciativa, o triunfo sobre o medo e a superstição, a simpatia e a compreensão para com as opiniões diferentes; 10) desenvolvimento moral e espiritual; fé nos ideais éticos e aquisição do hábito de proceder de acordo com eles, com a obrigação de submeter a exame as formas de condutas tradicionais e de modificá-las segundo o requeiram as novas circunstâncias (FÁVERO, 2009, p. 58).

O Brasil estava entre os países que seguiram a solicitação da UNESCO, sendo que a partir da criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, os adolescentes e adultos analfabetos aparecem como objeto de política pública do Estado brasileiro, pela primeira vez, com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) do Ministério da Educação e Saúde. Essa campanha surgiu como resultado de uma série de iniciativas, que incluíam, entre outras, o recenseamento geral de 1940 que apresentava uma taxa de 55% de analfabetos na população de 18 anos ou mais, o que reforçou bastante a luta dos educadores em favor da melhoria da educação nacional.

Podemos destacar dois momentos da CEAA, que foi o primeiro movimento oficial de educação de massa do Brasil, um sob a direção de Lourenço Filho (1947-1950), período que obteve maior sucesso; e o outro, no período de 1950-1954, quando passou a ser auxiliada pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que foi criada, no ano de 1952, após o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado no Brasil em 1949, tendo como patrocinadores a UNESCO e a OEA (Organização dos Estados Americanos), e como resultado as discussões que aconteceram no Ministério da Educação e Saúde, entre especialistas de varias áreas profissionais, buscando debater o problema das populações rurais e visualizar o que estava sendo feito nesta área.

No dizer de Fávero (2009, p. 60), a Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo, criada pelo governo em 1957, tinha como lema “secar as fontes do analfabetismo”. Foi planejada com o objetivo de reestruturar o sistema de ensino fundamental para crianças, adolescentes, jovens e adultos. No que se referia à alfabetização de adultos, continuou com as experiências das classes de emergência, com melhor preparação dos professores e apostava nas escolas radiofônicas. Essa mobilização foi proposta por um grupo de pesquisadores que trabalhava com Anísio Teixeira no MEC/INEP e desaprovava a proposta de campanhas massivas.

Nos anos 50, o Ministério da Educação organizou a SIRENA (Sistema Rádio Educativo Nacional), que funcionava usando discos de acetato com gravações educativas, que eram distribuídas às emissoras na sua maioria católicas, que se responsabilizavam pela sua implantação como escolas radiofônicas.

Em 1958, aconteceu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, no qual Paulo Freire foi a maior expressão do cenário progressista da educação, propondo uma educação baseada no diálogo e que estimulasse a participação consciente das classes populares. Esse Congresso tinha como objetivo avaliar as ações realizadas na área visando propor soluções adequadas para a questão. Dentre as críticas feitas estava a ineficácia das campanhas, a precariedade dos prédios escolares, materiais didáticos inadequados e a qualificação dos professores.

Com base nas reflexões de Germano (1989), no início dos anos 60 surgiram os chamados movimentos de cultura e educação popular por iniciativa de governos municipais e de organizações da sociedade civil, sendo que nesse momento o governo perde a liderança dessa área. Dentre os movimentos que surgiram podemos citar: MCP - Movimento de Cultura Popular, em Recife; Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, em Natal; CPC - Centro Popular de Cultura, da UNE (União Nacional dos Estudantes); MEB - Movimento de Educação de Base, criado pela igreja católica com apoio do governo federal; CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba. O método desta campanha, Método de Alfabetização Paulo Freire, por seu caráter inovador e sua dimensão política, foi adotado por vários grupos que trabalhavam com cultura e educação popular e, assim, logo assumido pelo Ministério da Educação através do lançamento do Plano Nacional de Educação, no início de 1964.

A esse respeito, Fávero (2006) escreve:

Esses movimentos, nascidos todos no mesmo período, operam um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos ou de educação rural da década de 1950. São propostas qualitativamente diferentes das ações anteriores. E o que as fazia radicalmente diferentes das ações anteriores era o compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares urbanas e rurais, assim como o fato de orientarem sua ação educativa para uma ação política (FÁVERO, 2006, p.51).

De acordo com Sergio Haddad e Maria Clara Di Pierro, no período de 1959 a 1964, a Educação de Jovens e Adultos passa por um momento especial de mudança. Dizem eles:

Elevada agora a condição de educação política, através da pratica de refletir o social, a educação de adultos ia além das preocupações existentes com os aspectos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem. À medida que a tradicional relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se a ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.113).

Com o fim da maioria dos movimentos de cultura e educação popular, no período de 1964-1970, a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã) teve crescimento, como o apoio financeiro da Aliança para o Progresso, que era um programa dos Estados Unidos, o qual tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico por meio de colaboração financeira e técnica na América Latina, buscando evitar o aparecimento de países com tendências aos ideais comunistas, como em Cuba.

Opondo-se ao Método de Alfabetização de Paulo Freire e com o apoio oficial dos governos militares, a Cruzada passou a atuar nos lugares onde havia sido aplicado o método, principalmente nos sindicatos que foram mais ativos.

A Cruzada ABC utilizou material didático usado nos anos 40 e para ela reeditado, sendo baseado no método Laubach (Fávero, 2009). Desta forma, retomou a alfabetização e a reposição do ensino primário, utilizando, como maior motivação e instrumento de pressão, a distribuição de alimentos do Programa para a Paz, como forma de garantir a frequência e assiduidade de alunos e como pagamento do aluguel de alguns lugares cedidos para serem usados como salas de aula. Porém a partir de 1968, começaram a surgir críticas à Aliança para o Progresso e à condução da Cruzada, relacionadas ao uso dos recursos financeiros e sua prestação de contas, condicionamento da distribuição de alimentos para o funcionamento das

salas de aula, Além do mais, houve um desentendimento com a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), apesar disso, funcionou como programa oficial de alfabetização e educação de adultos, até o início de 1970.

A Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que se destinava à alfabetização funcional de jovens e adultos, propondo “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. Esta campanha foi a mais rica de todos os tempos, recebia recursos de 1% de transferência voluntária de impostos devidos de empresas e percentuais da Loteria Esportiva. Foi muito abrangente, atingindo grande parte dos municípios brasileiros, onde foram criadas Comissões Municipais, e funcionava semelhante ao MEC, garantindo os aspectos didáticos e o controle político ideológico das ações.

Até o seu declínio, o MOBRAL teve como principais programas o PAF (Programa de alfabetização Funcional), o PEI (Programa de Educação Integral) e o PIJ (Programa de Educação Infanto-Juvenil). Seu objetivo político era doutrinar, e se limitava a ensinar a ler e a escrever sem a intenção de formar cidadãos. Sua extinção aconteceu em 1985, após críticas à eficiência da alfabetização e quando o levantamento realizado IBGE demonstrou que não houve grande avanço. Para substituí-lo, foi criada a Fundação Educar, no início do Governo de Sarney.

Era atribuído a essa Fundação auxiliar programas destinados aos jovens e adultos analfabetos ou pouco escolarizados, em colaboração com os municípios e os estados, dividindo a responsabilidade com recursos materiais e humanos.

A redemocratização política vivida naquele momento possibilitou a reorganização partidária, a promoção de eleições diretas e a liberdade de expressão e organização dos movimentos sociais urbanos e rurais, que ampliaram as experimentações e inovações pedagógicas na educação de jovens e adultos, retomando o ideário da educação popular, influenciando programas públicos e comunitários de alfabetização e escolarização de jovens e adultos.

Segundo Haddad e Pierro (2000):

Esse processo de revitalização do pensamento e das práticas de educação de jovens e adultos refletiu-se na Assembleia Nacional Constituinte. Nenhum feito no terreno institucional foi mais importante para a educação de jovens e adultos nesse período que a conquista do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente de idade, consagrado no Artigo 208 da Constituição de 1988. Além dessa garantia constitucional, as disposições transitórias da Carta Magna

estabeleceram um prazo de dez anos durante os quais os governos e a sociedade civil deveriam concentrar esforços para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, objetivos aos quais deveriam ser dedicados 50% dos recursos vinculados à educação dos três níveis de governo (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 13).

Entre as várias medidas adotadas no Governo Collor de Melo, estava a extinção da Fundação Educar, que caracterizou-se como um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, por representar a transferência da responsabilidade dos programas de alfabetização e pós alfabetização de jovens e adultos do governo federal para os municípios. A partir desse momento, o MEC passou a concentrar recursos na educação de crianças, acreditando que estaria evitando o surgimento de uma nova geração de analfabetos, assim ocorrendo estagnação de políticas da união para a EJA, só voltando a exercer a função em 1997, com o Programa Alfabetização Solidária, que atendia municípios com maiores taxas de analfabetismo na região nordeste e norte do país.

A Lei n.º 5.692/71, aprovada durante o regime militar, deu nova organização ao ensino de 1º e 2º graus, trazendo um capítulo próprio para o Ensino Supletivo. Pela primeira vez, a educação de adultos adquiriu seu estatuto, diferenciando-se do Ensino Regular. Essa mesma lei, porém, tendo ampliado o acesso ao ensino regular àqueles entre 7 e 14 anos de idade, provocou um movimento de “expulsão” dos maiores de 14 anos para as classes do Ensino Supletivo.

Os meios de comunicação de massa foram enfatizados no período da Lei nº 5692/71 para a educação e a formação profissional de adultos. Na sua forma, eram ministrados cursos utilizando rádio, televisão e correspondência, mantendo a forma escolar, principalmente na necessidade de certificação. Dentre as entidades que utilizaram o rádio e a televisão podemos citar o MEB - que utilizava o rádio-, a Fundação Educacional Padre Landell de Moura, a Fundação Anchieta, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia e o Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, responsável pelo projeto Minerva. Todas essas entidades eram coordenadas pelo Programa Nacional de Teleducção (Prontel), vinculado ao Ministério de Educação e Cultura.

O grande momento de discussão da Educação de Jovens e Adultos aconteceu nos anos 80, na Assembleia Nacional Constituinte, quando, através de articulações entre os movimentos sociais, as instituições acadêmicas e outras que lidam com educação, possibilitaram decisões importantes para este campo. Dentre elas estão a inserção do direito dos adultos à educação, no capítulo que se refere aos direitos dos trabalhadores, e a definição

da educação para todos, independentemente de idade, como direito público subjetivo, sendo esta considerada a maior conquista.

Dentre elas estão, a inserção do direito a educação de adultos no capítulo que se refere aos direitos dos trabalhadores, embora, sendo considerada como a maior conquista a definição da educação para todos, independentemente de idade, como direito público subjetivo.

Como consequência, alguns municípios realizaram experiências no campo da EJA, podendo ser destacada a criação do MOVA (Movimento de Alfabetização), na cidade de São Paulo, sob a gestão de Luiza Erundina, tendo como Secretário de Educação Paulo Freire.

Esse período também foi marcado pelos debates internacionais que tiveram como objetivo impulsionar iniciativas ligadas à educação, como a Declaração de Educação Básica para Todos – crianças, jovens e adultos –, de Jomtien, na Tailândia em 1990, seguido da V Conferência Internacional de Adultos (CONFITEA), realizada em Hamburgo em 1997. A partir das discussões de preparação para a CONFITEA, surgiu a proposta de continuidade dos encontros no âmbito estadual, sendo assim criados os fóruns como espaços de articulação em defesa da EJA, além de contribuir para desconstruir posturas e atitudes centralizadoras concebidas ao longo dos anos. Paiva (2004) estende essa reflexão:

A marca principal desses fóruns é de modo geral, o caráter informal, não institucionalizado, não submetido a nenhuma instância de poder formal, embora alguns apresentem coordenações mais ou menos estruturadas. Os que mais têm avançado na experiência de participação solidária são justamente os que atuam sem coordenações fixas, em que o poder circula, e o pertencimento se dá igualmente para todos os que lá estão. (PAIVA, 2004, p. 37)

Mais recentemente podemos destacar o Parecer CNE n. 11/2000 e a aprovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) pela Lei nº 11.494/07, como dois fatos importantes para a Educação de Jovens e Adultos. O Parecer CNE n.º 11/2000 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos explicitando três funções para a EJA: a reparadora, que devolve a escolarização não conseguida quando criança; a equalizadora, que trata politicamente a necessidade da oferta maior para quem é menos escolarizado; e a qualificadora, entendida como o verdadeiro sentido da EJA, por possibilitar o aprendizado para toda a vida num processo contínuo de escolarização. A aprovação do FUNDEB pelo decreto nº 11.949/07 foi resultado de lutas dos fóruns de educação de jovens e adultos da sociedade civil que buscavam garantir recursos e a ampliação do atendimento em nível do ensino médio.

No primeiro Governo Lula, podemos registrar algumas mudanças na política de educação de jovens e adultos, mesmo que as intenções e as práticas não tenham a mesma regularidade. O governo declarou de início o direito de todos os jovens e adultos à alfabetização, embora tenha mantido a proposta em forma de campanha, substituindo a Alfabetização Solidária pelo Brasil Alfabetizado. Dois anos após a criação do Brasil Alfabetizado, o IBGE publicou dados mostrando que, apesar de todo investimento, a redução do número de analfabetos absolutos, no biênio 2003-2005, tinha como queda no número de analfabetos apenas 0,3%. Desta forma, foi retomado o Projeto Recomeço rebatizado como Fazendo Escola.

Nesse governo foi dada atenção aos jovens que estavam fora do mercado de trabalho, lançando no âmbito da Política Nacional para a juventude, o PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), que tinha como objetivo enfrentar as altas taxas de abandono da escola e o desemprego juvenil.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC lançou o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional) com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que tem como perspectiva a integração da educação profissional à educação básica. Este programa tem bases teórico-metodológicas sólidas e sua execução está sob a responsabilidade dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET's - (hoje, esta mesma instituição encontra-se regida pela denominação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) e do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Tais instituições possuem excelente infraestrutura e profissionais competentes, o que as faz ter condições de sucesso.

Como pudemos ver não se pode dizer que nada aconteceu em prol de uma educação mais democrática no País, mas podemos afirmar que, ainda hoje, temos um grande número de pessoas à margem do sistema educacional, que mesmo tendo ampliado a oferta de vagas nas escolas não consegue manter os que nela entram por um período básico de escolarização e que ainda permanece com uma precariedade na questão da qualidade do ensino que é oferecido.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE NATAL

Diante do que foi exposto sobre a história da EJA em nosso país, consideramos igualmente importante expor uma retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos na cidade de Natal/RN, por ser este o local onde desenvolvemos a pesquisa e dada à importância da Campanha De Pé no Chão também se aprende a Ler no cenário educacional brasileiro, principalmente em relação ao atendimento a pessoas jovens e adultas.

Enfatizaremos as ações realizadas pela Prefeitura de Natal, através da Secretaria Municipal de Natal (SME), na Educação de Jovens e Adultos. Recorremos a registros oficiais que datam a criação desta secretaria em 19 de dezembro de 1959, constituindo-se como órgão gestor do sistema municipal de Ensino; formalizado pelo decreto nº 4.927, de dezembro de 1992 e submetido à alteração pela Lei nº 5.339, de 26 de dezembro de 2001, conforme os princípios da LDB, passando assim a ser Sistema de Ensino do Município de Natal.

A Cidade de Natal elegeu, pela primeira vez por voto direto, seu prefeito no ano de 1960. Nessa Campanha, que ocorreu num clima de mudança e esperança, foi eleito o jornalista Djalma Maranhão, que ao tomar posse assumiu o compromisso de erradicar o analfabetismo, já que a educação do município encontrava-se em grande dificuldade, como nos afirma Germano (1982):

A situação educacional do município era dramática, o número de escolas públicas regredira ao longo dos anos, ao invés de aumentar. Basta ver que os onze grupos escolares que há vinte anos atrás funcionavam na cidade estavam reduzidos, em 1961, a dez unidades de ensino. Da mesma maneira, o número de “escolinhas” mantidas pela prefeitura decrescera de 120 em 1958 para 86 em novembro de 1960. Natal contava com a população de 154.276 habitantes, segundo o censo de 1960, e tinha mais de trinta mil analfabetos (adultos e crianças) sem escolas. Enquanto as populações pobres viam diminuir as possibilidades de frequentar a escola, as elites eram premiadas com a criação da Universidade do Rio Grande do Norte (GERMANO, 1982, p. 93).

Cumprindo o compromisso, criou a Campanha de Pé no Chão Também se aprende a Ler, que teve seu início no ano de 1961, sendo desenvolvida pela Prefeitura de Natal, e teve esse nome devido a uma reportagem feita pelo jornalista Expedito Silva, o qual dizia nos seus escritos que a partir daquela gestão todos teriam acesso à escola, sendo prioridade a escolarização de crianças e o ensino de jovens e adultos apenas no turno noturno, desenvolvendo o método tradicional. Com a vinda de Paulo Freire e as equipes do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife e do MCP a Natal, no final de 1962, é

que a Prefeitura de Natal passa a direcionar sua educação de jovens e adultos para os modelos dos Círculos de Cultura e adota o Método de Alfabetização em 40 horas.

Vale salientar que a Campanha de Pé no Chão Também se aprende a Ler não ficou restrita apenas às salas de aula, ela teve um grande significado na vida da população, como destaca Germano (1982), vejamos:

É importante que se diga, desde logo, que a Campanha significou, além das *Escolinhas* e dos *Acampamentos Escolares*, a criação de bibliotecas populares, de praças de cultura, do Centro de Formação de Professores, do Teatrinho do Povo, da Galeria de Arte; significou a formação de círculos de leitura, a realização de encontros culturais, a reativação de grupos de danças folclóricas, a promoção de exposições de arte, a apresentação de peças teatrais, isto é redundou numa organização cultural da cidade, onde o povo participava efetivamente e não apenas assistia como mero espectador (GERMANO, 1982, p. 96, grifos do autor).

Esta campanha atingiu uma população de 60.254 analfabetos, distribuídos em 35.810 crianças e 24.444 adultos, através de uma proposta educacional centrada em três eixos: escola pública, laica e gratuita para todos. Como o Golpe Militar de 1964, vários movimentos populares foram interrompidos em todo país, entre eles a Campanha que se realizava em Natal. Foi criado o Mobral, que não obteve êxito na erradicação do analfabetismo no país e passou a ser substituído pela Fundação Educar, a qual executou no município de Natal os Projetos Saber e Ascensão, estes sendo agregados ao Programa Municipal de Educação Popular (PROMEB), seu funcionamento se deu em espaços cedidos pela população e em salas de escolas municipais (GERMANO, 1982).

Parte da demanda da Educação de Jovens e Adultos foi absorvida pela rede municipal de ensino, após a Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito ao Ensino Fundamental público e gratuito, independente de idade, iniciando-se assim, o processo de institucionalização dessa modalidade no município de Natal. Buscando atender este público, foram oferecidos cursos seriados, iguais aos do ensino regular, utilizando a mesma metodologia e material de ensino das crianças. Esta forma de ensino causou descontentamento nos professores e alunos os quais solicitaram uma proposta que atendesse as especificidades do ensino de jovens e adultos. Após discussões, foi implantado o Projeto Acreditar, que se propunha a garantir o acesso e permanência do jovem e adulto na escola, como nos aponta a proposta curricular da Secretaria Municipal de Educação “propondo alternativas pedagógicas que viabilizem o processo ensino-aprendizagem, elevando a auto-estima do aluno e valorizando o professor, de forma que ambos passem a acreditar em suas potencialidades” (NATAL, 1999, p.10).

O Projeto Acreditar passou a fazer parte do Sistema de Ensino do Município de Natal, tornando-se uma política pública, a partir da Resolução nº 001/01 do Conselho Municipal de Educação, na seção III, artigos 19 a 24, estando assim registrado:

está estruturado em dois ciclos, sendo o 1º Ciclo de Alfabetização, e o 2º Ciclo de Sistematização. A duração prevista do curso é de dois anos, sendo um para cada ciclo, podendo o 1º ser realizado em dois anos, dependendo do desempenho acadêmico do aluno. Esta flexibilidade está contemplada nas alíneas b e c, do inciso V, do artigo 24 da Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As aulas têm duração de 3h30min (três horas e trinta minutos), totalizando ao final do ano, (200 duzentos) dias letivos, como prevê a legislação educacional (NATAL, 1999, p. 21).

O Projeto Acreditar não surtiu o resultado esperado, pois o índice de abandono continuou alto, desta forma a SME buscou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através da Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC), para a execução do projeto Redução do Analfabetismo, que buscava garantir a continuidade de oferta no Ensino Fundamental para jovens e adultos a partir de 15 anos. Esse projeto recebeu apoio do Governo Federal no ano de 2003, através do programa Brasil Alfabetizado, atendendo 10.000 alunos (NATAL, 2005).

No ano de 2006, foi enviado a todas as escolas as normas organizacionais para todo o sistema de ensino deste município construídas sem diálogo com a categoria, tendo seu objetivo assim explicitado:

Orientar a organização administrativa e pedagógica da Educação Infantil e do Ensino Fundamental incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Natal (DIRETRIZES PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, 2006, p. 5).

Constam nessas diretrizes o calendário escolar, o calendário cultural, a organização das turmas de alunos e professores, grade curricular e o cronograma de elaboração do planejamento pedagógico. Todos esses itens foram apreciados pelo Fórum de Gestores das Escolas Municipais (FOGEM) e aprovados pelo Conselho Municipal de Educação (CME), fundamentados pelas normas legais vigentes para o ensino brasileiro, em especial, para o Sistema de Ensino do Município de Natal.

As diretrizes normatizam uma ação planejada para toda a rede municipal de ensino, quando determina os dias e horários para a concretização do planejamento pedagógico e das aulas em todos os níveis. De acordo com estas normas, a organização do planejamento na EJA

cumprir no 1º segmento, que corresponde aos níveis I e II, o cronograma semanal de 3 horas/aula. Durante 2 dias, o professor pedagogo planejará no horário de 18 às 19h e em outro dia cumprirá mais uma hora enquanto o professor do ensino de artes assumirá a sala de aula.

No 2º segmento, correspondente aos níveis III e IV, o planejamento está proposto por disciplina, acontecendo na segunda-feira com professores de artes, informática e Educação Física; na terça, com professores da língua portuguesa; na quarta, com professores de matemática; na quinta, com professores de ciências e religião; e na sexta-feira, com professores de história e geografia, seguindo o cronograma estabelecido pela SME para toda rede municipal. Nesse momento registramos a arbitrariedade em que foi construída a diretriz organizacional para as Escolas Municipais de Natal, pois não houve participação dos professores, o que gerou descontentamento entre a categoria. Dessa forma, percebemos que a ausência do diálogo dentro e entre essas instituições gera uma distância, entre o cotidiano da escola e as diretrizes. Para Freire (2005), o diálogo como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir se rompe se seus polos (ou um deles) perdem a humildade.

Ainda no período de 2001/2002, a Fundação de Pesquisa e Cultura (FUNPEC) desenvolveu uma pesquisa avaliativa com os professores, coordenadores e alunos da rede municipal, com o objetivo de fazer uma reflexão sobre a qualidade do trabalho desenvolvido na EJA. Seus resultados apontaram um baixo desempenho na aprendizagem, alto índice de abandono e reprovação; destacando-se ainda a falta de formação específica dos professores da modalidade.

Passados quatro anos após o anúncio dos resultados da pesquisa, a Secretaria Municipal de Educação de Natal firmou um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, numa tentativa de vencer uma das fragilidades apontadas naquele estudo, para a realização de uma especialização em Educação de Jovens e Adultos. O curso foi realizado nas dependências da UFRN, no período de 17/02/2006 a 30/04/2007, tendo como objetivo a apropriação dos saberes específicos dessa modalidade de ensino e a reflexão sobre a sua prática. Como Trabalho de Conclusão do Curso, foi solicitada a produção de ensaios científicos que trouxessem proposições as quais pudessem ser desenvolvidas nas escolas em que trabalhavam. No total foram produzidos 178 ensaios científicos baseados na prática educativa dos seus autores. Dos 350 professores matriculados, 326 concluíram o curso, podendo assim ser apontada como uma experiência bem sucedida na área de formação continuada de professores de Educação de jovens e adultos.

A partir das discussões realizadas no curso de especialização, foi criado o Grupo Interinstitucional, que tinha como objetivo conduzir estudos coletivos em busca de uma nova

configuração para a EJA em Natal. Este grupo foi formado por segmentos da SEJA (Setor de Educação de Jovens e Adultos), do DGE (Departamento de Gestão Escolar), da UFRN, do SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN) e do Fórum Potiguar de Educação de Adultos e de representantes de todos os segmentos das escolas. As discussões do grupo possibilitaram a construção da Proposta de Reestruturação Curricular da EJA, que logo em seguida foi encaminhada às escolas para ser apresentada e discutida com a comunidade escolar, a fim de obter contribuições ao grupo buscando atender a modalidade da melhor maneira possível.

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Natal acatou o que foi decidido no I Congresso da EJA, implantando, no ano de 2010, uma proposta curricular que atende as especificidades deste público. Nesse sentido, assegurou a oferta de um curso presencial, destinado a pessoas com idades a partir de 15 anos, que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria no Ensino Fundamental, possibilitando a diminuição do tempo de estudo e, por conseguinte, o avanço no processo de escolarização, oferecendo turmas nos níveis I, II, III e IV no turno noturno.

De acordo com a Resolução Nº 007/2009, do Conselho Municipal de Educação, que estabelece normas sobre a Estrutura e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos, a EJA do Município de Natal ficará assim organizada quanto a sua estrutura e funcionamento: o nível I terá carga horária de 800 horas anuais, destinado aos alunos que estiverem iniciando seus estudos; o Nível II também terá carga horária igual ao nível I, sendo destinada aos que cursaram com aproveitamento o nível I ou equivalente, independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, definindo o grau de desenvolvimento e experiência do aluno, com base no Artigo 24, inciso II, da LDB, que trata da classificação; o Nível III terá carga horária de 800 horas aulas anuais, divididas em dois semestres de 400 horas, destinado aos que cursaram com aproveitamento o Nível II ou equivalente e independente de escolarização anterior, mediante avaliação da escola baseada no Artigo 24, inciso II, da LDB; o Nível IV, com carga horária de 800 horas divididas em dois semestres de 400 horas, e será destinado aos que cursaram com aproveitamento os componentes curriculares do nível III ou equivalente.

As aulas dos níveis I e II, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e da Natureza serão ministradas por professor polivalente em 12 horas presenciais e cinco horas de atividades vivenciais complementares nas segundas, terças, quintas e sextas-feiras. As disciplinas de Artes, Educação física e Ensino Religioso serão ministradas pelos professores dessas áreas nas quartas-feiras.

Nos níveis III e IV, que são anos finais, as disciplinas serão reunidas em blocos semestrais, sendo que o aluno se matriculará em um dos blocos de disciplina. Caso não consiga concluir alguma, poderá cursá-la no semestre atual ou no ano seguinte sem perder as que já foram concluídas. Os blocos foram denominados como bloco X, que é formado pelas áreas de Língua Portuguesa, Inglês, História e Geografia; e bloco Z, composto por Matemática, Ciências, Artes, Ensino Religioso e Educação Física. Em cada semestre o aluno participará de 12 aulas presenciais semanais nos horários de 19h às 22h, de segunda a quinta-feira, como também três atividades presenciais complementares, realizadas nas sextas-feiras, nos primeiros horários, e nos dois últimos horários os alunos poderão participar de atividades no laboratório de informática e/ou sala de leitura e biblioteca, que deverão ser organizadas pela escola de acordo com seu cronograma. De acordo com o documento, a escola poderá organizar oficinas laborais, estas atividades têm o caráter opcional, no entanto, a escola deve garantir a realização de, no mínimo, uma oficina por mês, abordando conhecimentos relacionados à vida profissional e à participação da comunidade. Sugere, desse modo, oficinas laborais sobre legislação trabalhista, comércio e indústria, recursos públicos, secretariado e recepção, artesanato, alfaiataria, marcenaria e doces caseiros.

Os docentes têm espaço destinado ao planejamento e estudos pedagógicos semanais, sendo que os dos Níveis I e II se reunirão nas quartas-feiras, juntamente com os monitores da sala de leitura, biblioteca, sala de vídeo e laboratório de informática. O planejamento de todos os professores dos Níveis III e IV acontecerá nas sextas-feiras, no horário das 20h às 22h, agregando as disciplinas de Artes, Educação Física e Ensino Religioso.

Nesse sentido, é importante refletir sobre as razões pelas quais os educandos que hoje fazem parte da Educação de Jovens e Adultos no município de Natal estão abandonando a escola, ficando desprovidos do acesso à escolaridade. Concomitantemente, alguns alunos permanecem na escola, o que nos leva a indagar sobre quais fatores levam esses alunos a abandonarem seus estudos e quais os levam a permanecer. Tal reflexão servirá de base para a elaboração e/ou aprimoramento de processos pedagógicos específicos para esse público.

Segundo Martha Kohl (1999), a educação de jovens e adultos refere-se não apenas a uma questão etária, mas, sobretudo, de especificidades culturais, ou seja, embora se defina um recorte cronológico, os jovens e adultos aos quais se dirigem as ações educativas deste campo educacional não são quaisquer jovens e adultos, mas uma parcela da população. Pertencentes a uma classe social de baixa condição socioeconômica, muitos desses estudantes se veem pressionados, desde cedo, a buscarem formas de contribuir com as despesas familiares e, para isso, ingressam na realização de atividades que proporcionem resultados financeiros, o que

contribui para que tenham dificuldades em acompanhar e, até mesmo, frequentar a escola, decorrendo, assim, os altos índices de distorção idade/série e de evasão.

3 INSUCESSO E SUCESSO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM NATAL/RN

Já ciente do quantitativo de escolas em funcionamento, conforme sinalizamos na introdução deste trabalho, iniciamos o levantamento sobre o abandono, em duas escolas da Zona Oeste buscando identificar como é registrado o abandono dos alunos e o que de oficial é enviado à Secretaria de Educação Municipal. Nas duas, conversamos informalmente com as coordenadoras e diretores indagando como eram feitos os registros sobre o abandono naquelas escolas e nas duas tivemos a informação que a Secretaria enviava no final do ano um questionário com o objetivo de coletar os quantitativos sobre número de aprovados, retidos e de evadidos, mas este registro não ficava na escola, era enviado ao órgão gestor, que é a Secretaria Municipal de Educação.

Com esta informação, prosseguimos nossa investigação retornando ao Setor da Educação de Jovens e Adultos (SEJA) com o objetivo de coletar informações sobre o registro de abandono. Lá, as técnicas informaram que não existem registros naquele setor, pois os dados recebidos das escolas são repassados para a Assessoria de Planejamento e Avaliação (APA) daquela Secretaria para serem enviadas a Secretaria Estadual de Educação (SEEC). Mostraram-nos o movimento de rendimento do ano de 2008, que foi enviado pela APA, era o que tinham disponível no momento.

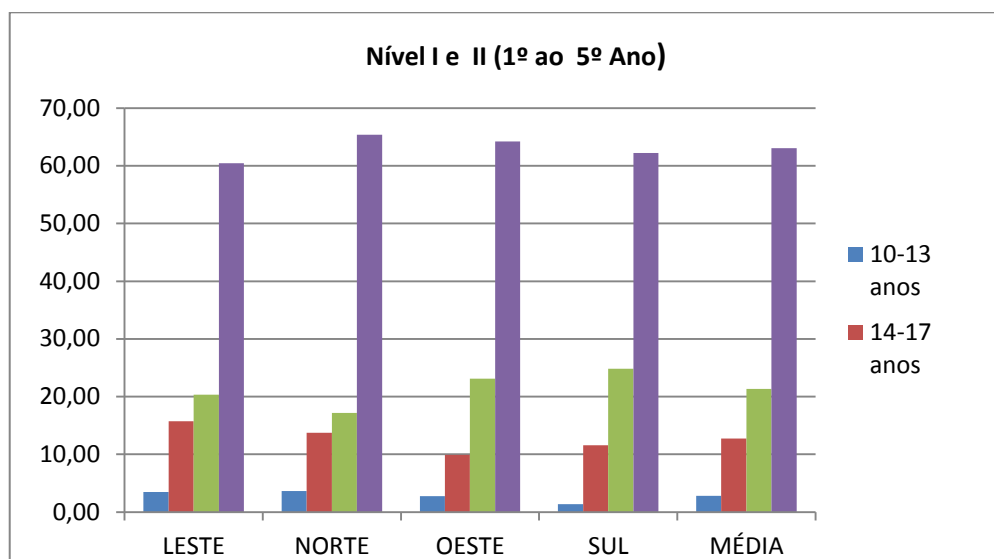
Coletamos o material e, em nossos estudos acerca do mesmo, observamos que a fonte dos dados era a Secretaria Estadual de Educação. Tentamos conseguir as informações na Assessoria de Planejamento da Secretaria, mas não tivemos sucesso. Então, nos dirigimos a Secretaria Estadual de Educação, pois lá existe um órgão responsável por organizar as estatísticas dos municípios do Rio Grande do Norte e enviá-las para o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), recebendo-as de volta em forma de relatório. Na SEEC solicitamos os percentuais de matrícula inicial por idade, aprovados, reprovados e abandono do ano de 2009 para as 28 escolas municipais da cidade de Natal com turmas da EJA em funcionamento naquele ano.

Com os dados enviados pelo GAEE (Grupo Auxiliar de Estatísticas Educacionais), montamos tabelas comparativas, primeiramente, com a matrícula por idade e zona administrativa da cidade separada ainda por níveis de ensino. Tínhamos como objetivo, nesse momento, identificar quais as faixas de idade dos alunos que frequentavam os níveis

oferecidos e qual delas predominavam. Para melhor visualização, organizamos gráficos com estas informações.

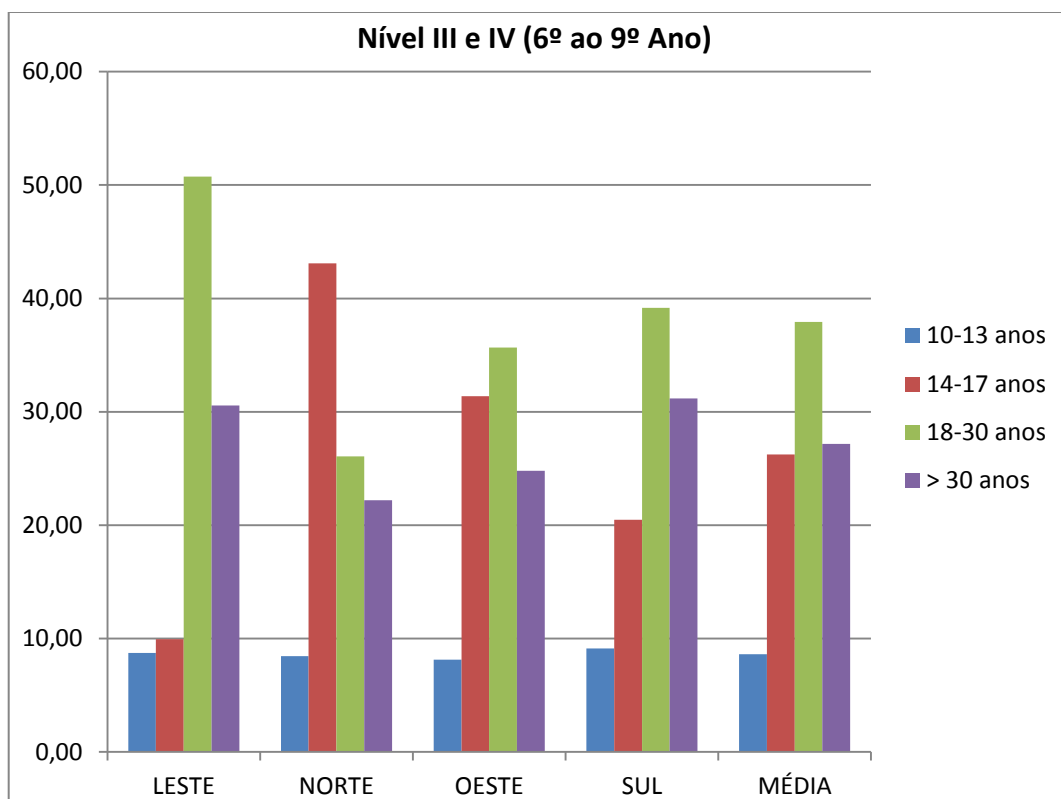
Gráfico 01 – Matrícula por idade e zona administrativa

Ano 2009



Fonte: INEP/SEEC/ATP/GAEE

De acordo com o gráfico 01, referente aos Níveis I e II, a faixa etária predominante é a de alunos acima de 30 anos, num percentual acima de 63,08%, apresentam também uma média de 12,74% de alunos com idades entre 14 e 17 anos - nesta faixa etária os alunos não deveriam estar necessariamente matriculados na EJA e sim no ensino regular. Em número reduzido encontramos a presença de alunos com a faixa etária abaixo do que é normatizado pela Resolução 007/2009, que estabelece as normas sobre a estrutura e funcionamento da EJA nas unidades de Ensino da Rede Municipal de Natal/RN, pois no Capítulo II, Art.5º, diz que a Educação de Jovens e Adultos destina-se aos educandos a partir de 15 anos e estes estão numa faixa etária entre 10 e 13 anos, com um percentual de matriculados de 2,82%.

Gráfico 02 – Matrícula por idade e zona administrativa**Ano 2009**

Fonte: INEP/SEEC/ATP/GAEE

O gráfico 02 apresenta, como sendo a faixa etária predominante nos Níveis III e IV, alunos com idades entre 18 e 30 anos, com um percentual de 37,2%; nas faixas etárias entre 14 e 17, e maiores de 30 anos estão com um percentual bem aproximado, sendo o primeiro com 26,23% e a outra com 27,18%.

Na observação dos índices das duas tabelas, constatamos a presença de alunos que poderiam estar matriculados no ensino regular, mas como são pertencentes a uma classe social de baixa condição socioeconômica, muitos desses estudantes se veem pressionados, desde cedo, a buscarem formas de contribuir com as despesas familiares ou de alguma forma foram expulsos do ensino regular por apresentarem algum comportamento inadequado.

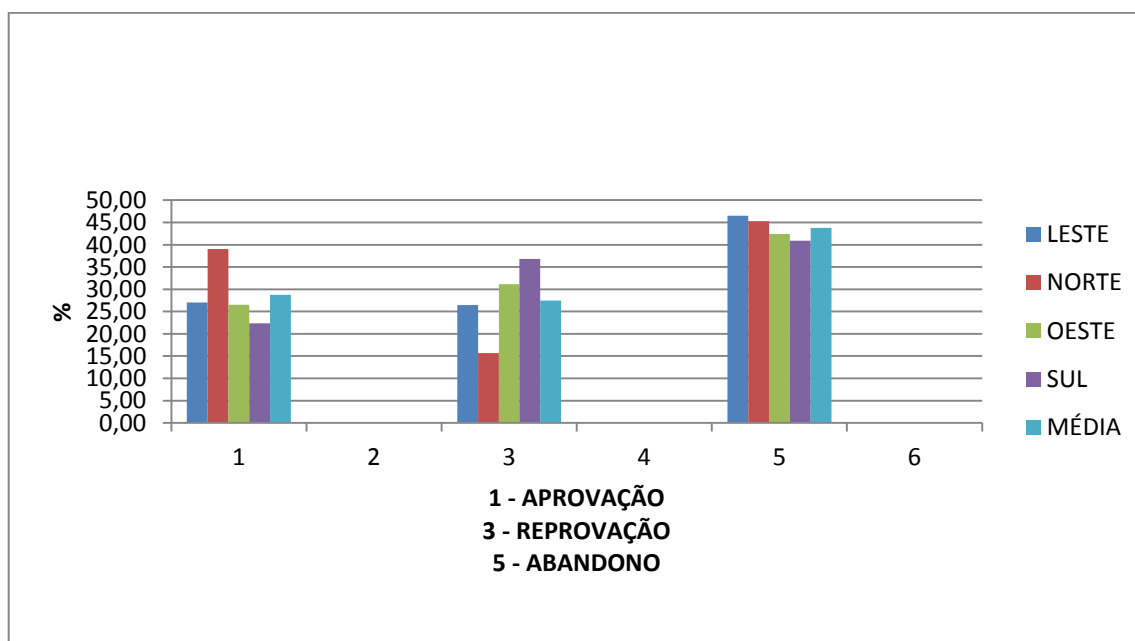
Chamou-nos atenção o grande percentual de alunos na faixa etária acima dos 30 anos, idade esta em que estão inseridos no mercado de trabalho, seja formal ou informal, e são responsáveis pelo sustento da família, com grande jornada de trabalho que varia de seis a oito horas, chegando muitas vezes a ser superior a nove horas diárias, dificultando sua ida à sala de aula. A partir disso, nos indagamos se a inserção no mercado de trabalho numa idade em

que deveriam estar cursando o ensino fundamental, aliada às condições de trabalho, é um fator que contribui para que estes alunos deixem de frequentar a escola.

Após pesquisar sobre a idade da clientela da Educação de Jovens e Adultos do município de Natal e termos uma visualização geral, partimos para visualizar os índices de aprovação, reprovação e abandono nos níveis de ensino, também separados por zona administrativa da cidade a partir dos dados enviados pelo GAEE (Grupo Auxiliar de Estatísticas Educacionais).

O nosso objetivo nessa etapa era identificar onde ocorre o maior índice de abandono, de reprovação e aprovação nas turmas da Educação de Jovens e Adultos em Natal para daí partirmos para a escolha do lócus da pesquisa. Desta forma, trabalhamos os dados em tabelas e geramos um gráfico para que proporcionasse uma visualização geral sobre os índices do município.

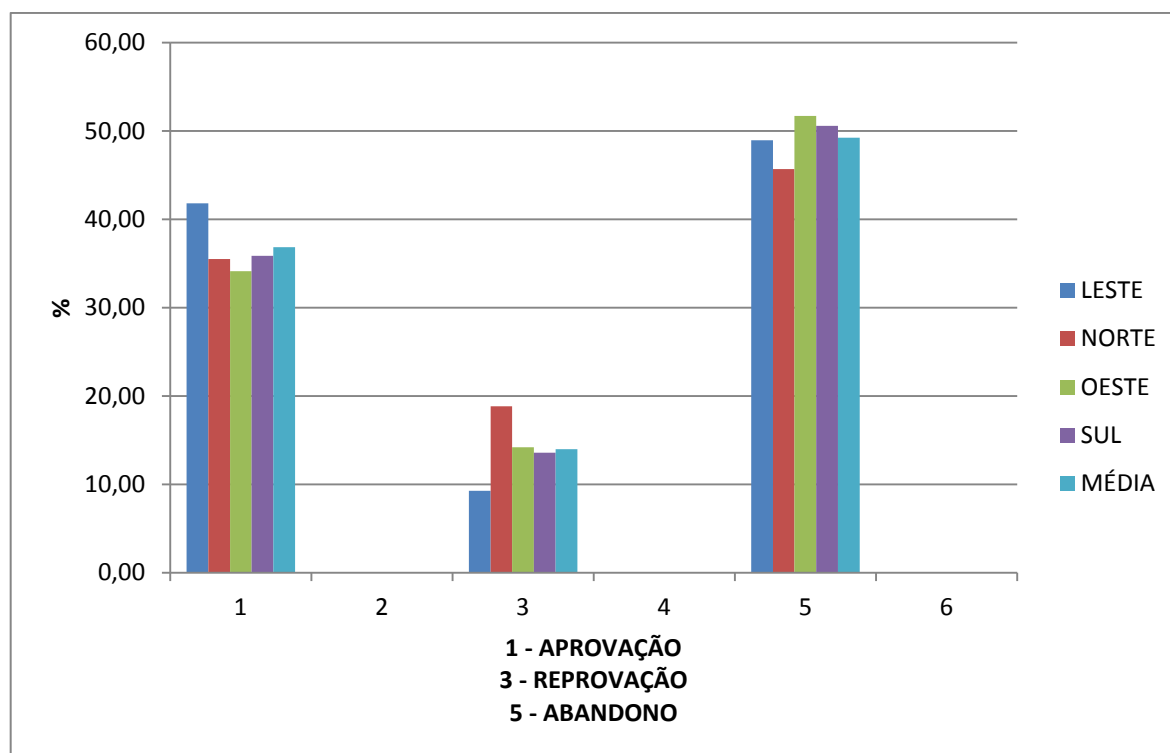
Gráfico 03 - % de alunos por zona e os índices de aprovação, reprovação e abandono por zona – 1º ao 5º ano/Ano 2009



Fonte: INEP/SEEC/ATP/GAEE

A visualização em gráficos sobre os índices dos Níveis I e II apresentam 28,73% de aprovação, 36,78% de reprovação e 43,88% de abandono. Dentre eles, o índice mais alto de aprovação está na Zona Norte, a reprovação mais alta é na Zona Sul e os maiores índices de abandono ficam centralizados nas Zonas Leste e Norte.

Gráfico 04 - % de alunos por zona e os índices de aprovação, reprovação e abandono por zona – nível III e IV (5ª a 8ª série)



Fonte: INEP/SEEC/ATP/GAEE

Identificamos, através dos gráficos, que o índice de aprovação é de 36,82%, o de reprovação 13,97%, e o de abandono na EJA III e IV chega a 49,22%, sendo a maior aprovação na Zona Leste, a maior reprovação na Zona Norte e o maior índice de abandono na Zona Oeste. Os resultados apresentados nos gráficos, especificamente em relação aos índices de abandono, só fortalecem a nossa preocupação, pois percebemos na nossa prática alunos sem vontade de estudar, e os esforços da escola não conseguem fazer com que nela permaneçam. Desta forma, podemos considerar que a evasão é um problema presente na Educação de Jovens e Adultos, não só restrito às escolas do município de Natal. É uma questão que atinge não só o Brasil, também pode ser observado em outros países da América latina. No cenário brasileiro é considerado um problema histórico, infelizmente, ainda encontrado até os dias atuais, apesar de fazer parte de pesquisas educacionais, debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira.

Os dois gráficos confirmam a nossa preocupação com o abandono dos alunos, principalmente nos Níveis III e IV, sendo que metade das pessoas abandona a escola. A partir disso, queremos entender o que está por trás destes índices de abandono e permanência,

pesquisando quais fatores levam o aluno da Educação de Jovens e Adultos da cidade de Natal a abandonar a escola e quais contribuem para o seu sucesso. Na nossa pesquisa, buscaremos a identificação destes fatores através da observação dos índices das 28 escolas com EJA, e, a partir da escolha de uma escola com um alto índice de abandono e outra com bom índice de sucesso dos alunos, faremos observações do cotidiano dessas escolas, coleta e análise de documentos que possam apontar estes fatores, além de entrevistas informais com professores, gestores, alunos e funcionários.

3.1 ESCOLAS PESQUISADAS

3.1.1 A Escola Canário

A escola funciona na Zona Norte com três turnos. No diurno, oferece o ensino fundamental do 6º ao 9º ano, e no turno noturno funcionam turmas da EJA com os Níveis III e IV e turmas do ProJovem Urbano.

O bairro onde a Escola Canário está inserida é de classe média baixa, apresenta comércio variado, que na maioria das vezes serve como ponto comercial e residência. Ainda em relação às atividades comerciais, chama atenção o grande número de lojas que negociam roupas a preços populares, bares e os consertos e alugueis de mobiletes e bicicletas, que é o meio de locomoção mais usado dentro do bairro, visto que é mais barato que o serviço de transporte público.

A escola é frequentada por moradores daquela comunidade que, segundo relatos, apresenta um histórico de violência, que muitas vezes acaba interferindo no funcionamento da escola, a qual acaba sofrendo consequências. Os relatos sobre assaltos, arrombamentos e estupros são recorrentes e, devido aos enfrentamentos entre gangs, algumas vezes a escola foi obrigada a suspender as aulas por sofrer ameaças de invasão, sendo necessária a intervenção da guarda municipal e polícia militar para garantir seu funcionamento. Não obtendo sucesso, a suspensão imposta prevaleceu. Os episódios foram registrados pelos canais de comunicação da cidade, que mostram reuniões com a polícia militar, guarda municipal, gestores, alunos e pais de alunos, todos em busca de uma solução para as ameaças recebidas. Estes acontecimentos fizeram com que muitos alunos, principalmente do sexo feminino, deixassem de frequentar a escola.

Nos fins de semana é oferecido o Projeto Escola Aberta, que é um programa do Governo Federal, o qual desenvolve atividades de lazer, esporte, cultura, arte e formação

inicial para o trabalho destinado à comunidade do entorno da escola. Ele é frequentado por alunos da Educação de Jovens e Adultos, que participam de suas oficinas de capoeira, aula de violão, esperanto, confecção de bijuterias e dança, assim, servindo de espaço de socialização e lazer para a comunidade como um todo.

Nesse contexto, passamos a frequentar a escola, a fim de entender os motivos relacionados ao alto índice de abandono identificado durante a coleta de dados sobre os índices de rendimento das escolas municipais com turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Iniciamos a nossa pesquisa conhecendo a estrutura física da escola. Observamos que é relativamente nova, está em bom estado de conservação - possuindo onze salas de aula, biblioteca e sala de vídeo bem equipadas e um bom acervo de livros didáticos, paradidáticos, obras literárias, dicionários, mapas geográfico, VHS, CDs, DVDs, som e demais equipamentos, tais como retroprojetor e episcópio -, embora necessite de arrumação, pois as salas são utilizadas como depósito e também guardam o material utilizado nas aulas de educação física.

Faz-se necessário ressaltar que a sala de vídeo e a biblioteca permaneceram fechadas durante o período da nossa observação, não possibilitando o acesso à comunidade escolar. Situação semelhante aconteceu com a sala de informática, sendo que na biblioteca e sala de vídeo não há profissional responsável e na sala de informática existe profissional capacitado para trabalhar no local.

As turmas da Educação de Jovens e Adultos estão divididas em quatro salas do Nível III e duas do Nível IV, que correspondem às séries iniciais do Ensino Fundamental, além das turmas dos ProJovem. De acordo com a entrevista informal feita com a funcionária da secretaria, gestor e coordenadora, os alunos são agrupados por faixa etária numa tentativa de evitar desentendimento entre os adolescentes e adultos, visto que em anos anteriores têm acontecido queixas de ambas as partes. Sobre isso, Carrano (2007) nos diz que alguns professores (e também alunos mais idosos) parecem convencidos de que os jovens alunos da EJA vieram para perturbar e desestabilizar a ordem "supletiva" escolar.

Quanto às turmas do Projovem, que é um programa do Governo Federal, dialogamos informalmente com o coordenador, o qual nos informou que funcionam cinco turmas. Segundo ele, no início do ano existiam 200 alunos matriculados e frequentando, mas já é possível contabilizar o abandono de 60 alunos, restando, assim, 140 que frequentam e recebem ajuda de custo mensal de R\$100,00. Ele também afirmou que existe uma cobrança efetiva da coordenação geral em relação às atividades e os horários a serem cumpridos; sendo

comum receber visitas surpresas dos coordenadores. Os professores do programa foram selecionados por concurso e são todos licenciados.

O quadro de professores da escola é formado por nove professores efetivos, todos com especialização em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sendo que um dos professores é mestrando da UFRN e também professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Chamou-nos atenção o horário de funcionamento do turno durante os dias de observação, pois as normas que regem o funcionamento das turmas da EJA dizem que as aulas terão início às 19h e seu término deve ser às 22h, portanto no período da nossa observação as aulas iniciaram às 19h50min e seu término foi às 20h30min, sendo que o horário que estava marcado não foi cumprido, e por ter poucos alunos, os professores em comum acordo juntaram as turmas, deram uma ou duas aulas e liberaram antes do horário.

Em entrevista informal com as servidoras terceirizadas, comentamos sobre o horário de funcionamento e nos foi relatado que lá é comum iniciar tarde e sair cedo, pois os professores geralmente chegam tarde, já que moram longe ou vem de outro trabalho, por isso antes de ir para sala jantam e muitos alunos não têm paciência de esperar, jantam também e preferem ir embora, retornando no outro dia. Como ficam poucos alunos, estes se alimentam e saem logo sem, ao menos, precisar tocar o sinal, pois eles mesmos se organizam. Ficam só as turmas do Projovem horário todo.

Para nos apropriar do perfil dos alunos matriculados passamos a pesquisar as fichas individuais, tendo como objetivo fazer um levantamento sobre os locais de origem e as suas idades. Para executarmos esta pesquisa tivemos alguns problemas, dentre eles, a dificuldade de acesso a essas fichas individuais, a pessoa responsável encontrava-se de férias; e quando tivemos acesso, foi necessário chegar à escola às 17h, pois o período em que a escola funcionava no turno noturno era insuficiente para que pudéssemos coletar os dados nas fichas de cada sala, visto ser um grande número de alunos.

Com as informações sobre os locais de nascimento dos alunos das seis turmas em funcionamento, organizamos uma tabela para que visualizássemos melhor os dados coletados, ficando assim distribuídos:

Tabela 01 - Local de nascimento dos alunos da Escola Canário

Turmas	Frequencia	%
Natal/RN	156	57,4
São Gonçalo do Amarante/RN	27	9,9
Ceará- Mirim	6	2,2
Interior do Estado do RN	64	23,5
Outros Estados	19	7,0
Total	272	100,0

Fonte: Fichas Individuais dos alunos. Out/2010.

Através da tabela podemos identificar que a maioria dos alunos desta escola nasceu em Natal, num percentual de 57,4%, apresentando também uma migração do interior do estado num percentual de 23,5%, que pode ter ocorrido pela busca de melhores condições de vida e procura de emprego, visto que bem próximo à localidade da escola podem ser encontradas indústrias que empregam a população daquela região.

Outros dados coletados nas fichas foram as idades dos alunos, os quais nos revelaram que a idade média dos alunos dessa escola é de 19,05%, com desvio padrão de 6,35%, demonstrando a presença de jovens nas turmas, que na sua maioria vieram do turno diurno, talvez por terem sido obrigados a buscar emprego para ajudar no sustento da casa ou por estar fora da faixa etária do ensino regular ou por ter apresentado problemas comportamentais.

Tabela 02 – Idade média dos alunos da Escola Canário

	Idade média (quantidade de alunos)	Desvio padrão
Escola Canário	19,05 (272)	4,35

Fonte: Fichas Individuais dos alunos. Out/2010.

No momento da pesquisa nas fichas individuais observamos que algumas delas não tinham sua matrícula renovada, indagamos o porquê das fichas estarem nas turmas e tais

alunos registrados como matriculados se não houve solicitação de renovação por parte deles; explicaram-nos que essas pessoas ainda não tinham ido se matricular, mas que estavam aguardando.

Prosseguindo nossa investigação, presenciamos a impressão de atividades para os educandos e fizemos o registro de uma lista intitulada ‘Lista Atualizada – mês de setembro de 2010’. Baseados nos dados coletados nas fichas individuais e na lista atualizada, organizamos um quadro, buscando entender que número de alunos frequentava as salas, já que nosso objetivo é investigar as causas do abandono nessa escola.

Quadro 01 – Coleta de dados da Ficha individual e Lista atualizada

Níveis/ turmas	Ficha individual Matrícula Inicial	Ficha individual Transferidos	Ficha individual Não renovaram matrícula	Lista atualizada em 10/09/2010
3° A	35	01	12	17
3° B	35	03	12	20
3° C	31	02	16	10
3° D	40	05	31	04
4° A	56	01	16	39
4° B	48	02	18	26
Total	245	14	105	120

Fonte: Fichas individuais e Lista atualizada da Escola Canário

Vale reforçar que as informações sobre matrícula inicial, transferidos e não renovaram a matrícula foram coletadas em cada ficha individual e cuidadosamente verificadas após a constatação da existência da lista atualizada não apresentando alterações.

Na ocasião da impressão das atividades, questionamos a secretaria da escola sobre o quantitativo das 120 atividades impressas, pois registramos 245 alunos matriculados, embora 105 alunos não tenham solicitado renovação. Indagamos se havia registro de transferências e abandono e nos foi relatado que não é feito este levantamento durante o ano, só no final quando é preenchido o questionário enviado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e preenchida a ata final de resultados.

O quadro nos mostra que há diferença nos dados que estão registrados na secretaria da escola e o quantitativo de alunos que frequentam as aulas. Ainda mais discrepantes são os dados de rendimento anual enviados à Secretaria de Educação em forma de Ata Anual de Rendimentos do Ano de 2010, pois há registro de um número bem maior do que

identificamos nos documentos existentes na escola. Supomos que o aumento do número de alunos enviados em documento oficial à Secretaria Municipal de Educação seja causado por precaução em relação à perda ou diminuição dos recursos destinados à escola, visto que estes são vinculados ao quantitativo de alunos. Por se tratar de um documento oficial, optamos por trabalhar estatisticamente com estes dados, embora tenhamos passado dias debruçados sobre os documentos existentes na secretaria da escola.

Tabela 03 – Rendimento anual da Escola Canário – ano 2010

Turmas	3º Nível		4º Nível		Total de alunos (2010)	
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)
Aprovados	28	18,3	40	33,6	68	25,0
Abandono	48	31,4	30	25,2	78	28,7
Retidos	70	45,8	38	31,9	108	39,7
Transferidos	7	4,6	11	9,2	18	6,6
Matrícula Final	98	64,1	78	65,5	176	64,7
Matrícula Inicial	153	100,0	119	100,0	272	100,0

Fonte: Ata de Resultado Final, 12/2010.

Outro dado coletado nas fichas individuais diz respeito às profissões que foram registradas no momento da matrícula. Durante a coleta, notamos que as fichas cuja profissão registrada é “estudante” pertencem a alunos jovens, vindos do turno diurno, os quais trabalham informalmente no comércio do bairro. As demais profissões registradas são de alunos a partir dos 19 anos de idade, na sua maioria do sexo feminino.

Quadro 02 – Profissão dos Alunos

Profissões	Quantidade de alunos
Doméstica	25
Vendedor ambulante	32
Babá	20
Ajudante de mecânico	15
Mecânico	17
Costureira	26
Cabeleireira/manicure	10
Comerciante	37
Estudante	35
Auxiliar de serviços gerais	28
Total de alunos	245

Fonte: Fichas individuais da Escola Canário/ Ano 2010

Com ajuda da coordenadora, tivemos momentos de entrevista informal na sala de aula com os alunos que aguardavam a chegada dos professores para início das aulas. Nessas conversas perguntamos se os outros alunos da turma estavam lá fora, e uma garota nos respondeu que “só tem a gente mesmo, no início do ano a sala é cheia, depois fica só quem quer alguma coisa”. Já outra respondeu que “as amigas tinham deixado de vir porque tinham mudado de emprego e não chegavam a tempo de assistir à aula, por isso desistiram, e algumas têm medo de vir para a escola devido à violência que ocorre no trajeto para a escola”. A indagação feita sobre a ausência dos demais alunos se deu devido à presença de apenas 05 alunas na sala, que tinham entre 17 e 19 anos, sendo todas solteiras e, segundo relatos, foram estudar à noite pela necessidade de ajudar na renda familiar, buscando um emprego ou cuidando da casa enquanto outros membros da família trabalham.

Em diálogo informal, em outra sala de aula, com 15 alunos que estavam à espera do início da aula de português, uma aluna nos relatou o seguinte: “no início do ano a sala era lotada, mas as pessoas desistem porque chegam na escola e muitas vezes não tem a aula toda, aí a gente fica sem vontade de vir” (ALUNA A). Por conseguinte, outra nos disse:

Eu saio de casa todo dia bem cedinho e de noite venho direto para a escola, quando chego aqui não tem aula porque o professor não veio, porque não tem energia, porque não tem merenda, porque um monte de coisa. Eu ainda estou vindo porque preciso terminar meus estudos e esse é o último ano, senão já tinha deixado de vir. Pra mim é muito cansativo, mas eu preciso (ALUNA B).

Outros nos disseram que algumas pessoas que eles conhecem deixaram de frequentar a escola por problemas familiares, por ter mudado para outro bairro ou ter conseguido emprego e ficar difícil conciliar o estudo, trabalho e as atividades domésticas das suas casas, e ainda por sentirem-se desestimulados com a escola. Perguntados se algum deles já havia abandonado a escola e estariam retornando naquele ano. As alunas relataram que estavam voltando a estudar pela necessidade de concluir os estudos e por arrependimento por ter parado. Acrescentaram que por não terem concluído o ensino fundamental perderam oportunidade de um emprego com carteira assinada e salário melhor.

Outros diálogos informais aconteceram na quadra com alunos do sexo masculino, com idades entre 17 e 19 anos, também no início das aulas. Quando indagados se não iam assistir aula, responderam que não, estavam esperando o professor de educação física para combinar a aula da sexta-feira, que seria um jogo entre professores e alunos. Durante o tempo que passamos na escola observamos que os alunos mais jovens chegavam, jantavam e ficavam na quadra durante todo o horário.

Em diálogo informal com professores e coordenadora perguntamos sobre estes alunos e nos foi dito que eles não assistem às aulas, mas frequentam a quadra da escola todos os dias. Os professores esclareceram que muitos deles se tiverem as faltas registradas ficarão reprovados, mas os docentes darão uma chance para que façam as provas e, dependendo do resultado, decidirão no conselho de classe se tais alunos serão aprovados ou retidos. Além disso, apontaram a infrequência, o desinteresse e a dificuldade de aprendizagem como dificuldades para dar aula na escola.

Quando questionados sobre os dias de planejamento, se seguiam as determinações da SME, a coordenadora respondeu que não, pois cada professor sabe da sua disciplina. E afirmou o seguinte:

Só combinamos os dias de prova, é difícil reunir os professores. Conseguimos conversar, algumas vezes, no início das aulas, enquanto se alimentam. Daí vamos discutindo alguns problemas, tentando ouvir opiniões e sugestões dos que estão presentes naquele momento, para depois conversar com os ausentes e a gestão da escola. Nosso horário de planejamento é na sexta-feira, às vezes os professores combinam jogos com os alunos nesse dia, e na sexta-feira, você sabe como é, os alunos não aparecem (COORDENADORA).

Nesta busca pelos fatores que levam o aluno a abandonar a escola, tivemos diálogos informais também com os funcionários da secretaria da escola. Nos momentos de pesquisa nas fichas individuais, os mesmos responderam às nossas indagações sobre o registro das transferências, nos dizendo que a maioria vai embora sem pedir transferência, por isso não há registro de quantos abandonam, só no encerramento do ano letivo é feito o levantamento sobre o abandono, pois os professores entregam os diários escolares e é feita a ata de rendimento escolar.

O que sentimos nos relatos dos funcionários da escola e professores é que talvez haja certo conformismo em relação ao abandono, visto que desde o início do ano as turmas são organizadas com um grande número de alunos já contando com suas desistências. Não é organizado nenhum trabalho para incentivá-los a permanecer, já que os acham desestimulados e com dificuldade de aprendizagem.

3.1.2 A Escola Sabiá

Faz-se importante apresentar aqui um breve histórico desta instituição que está situada na Zona Oeste da cidade de Natal/RN, e surgiu através de um pedido de uma comissão de moradores liderados pelo Senhor Valdomiro Lobato de Oliveira. Atendendo a essa solicitação, entre os anos de 1961 e 1962, durante o governo do prefeito Djalma Maranhão, a escola foi construída, sendo a primeira do bairro, próximo às margens do Rio Potengi, inserindo-se no contexto do projeto "De pé no chão também se aprende a ler" (1961); na administração do Prefeito Agnelo Alves, quando foi então construída uma estrutura em alvenaria. Mesmo com precárias condições de funcionamento, tanto físicas como materiais, foram desenvolvidas nesse prédio, durante quase três décadas, atividades pedagógicas que abrangiam a Educação Infantil, Ensino Fundamental (séries iniciais) e Educação de Jovens e Adultos. Novamente a luta e o empenho da comunidade escolar e local foram fatores determinantes para que outra escola fosse construída e inaugurada.

Hoje, além da comunidade local, atende aos moradores de bairros vizinhos. Por estar inserida em um bairro residencial próximo ao Rio Potengi e ao manguezal, muitos dos membros da comunidade ainda tentam tirar parte ou quase todo seu sustento da atividade pesqueira. Destacam-se também outras atividades econômicas informais como feirantes autônomos, domésticas, costureiras, etc., e formais como comerciantes, padeiros, professores, policiais civis e militares, constituindo-se em uma classe social que recebe uma renda média de três salários mínimos, e com dois terços de sua população com grau de instrução inferior a oito anos de escolaridade.

Atualmente essa escola continua funcionando com as mesmas turmas desde a sua fundação, atendendo 600 alunos. No noturno, com turmas da Educação de Jovens e Adultos nos Níveis I, II, III e IV. Nos fins de semana, acontecem aulas preparatórias para o IFRN e para o vestibular, sendo uma iniciativa voluntária de professores residentes no bairro e de alguns professores do quadro, residentes em outros locais.

Iniciamos a nossa pesquisa conhecendo o espaço físico da escola, que hoje é bem diferente, em companhia do gestor e do coordenador, que nos mostrou seus três pavimentos, sendo que no térreo funcionam o refeitório e a cozinha; no 1º pavimento, ficam as salas da direção, secretaria e coordenação juntas, a biblioteca, a sala de informática e sala de vídeo; e as salas de aula funcionam no 2º pavimento.

Chamou-nos atenção as condições dos banheiros, do elevador para deficientes, da instalação elétrica e hidráulica, das fechaduras das portas e armários por estarem danificados. O estado de conservação e a falta de materiais básicos para o funcionamento da escola já foi noticiado nos jornais locais, levados pela comunidade, sendo suspensas as aulas e recebendo a visita do então secretário de educação que adotou medidas paliativas.

Inserimos-nos na escola sem dificuldades, iniciando a busca por elementos que pudessem vir a nos responder quais são os fatores que contribuem para que os alunos da Educação de jovens e Adultos tenham sucesso.

Observamos que tanto a biblioteca quanto a sala de vídeo estão bem equipadas, limpas e arrumadas, possuindo um bom acervo de livros didáticos, paradidáticos, obras literárias, dicionários, mapas geográfico, VHS, CDs, DVDs, som e demais equipamentos, tais como retroprojektor e episcópio. No espaço de tempo em que estivemos na escola, estes espaços estavam sempre abertos, embora pouco utilizados. Podemos mencionar que durante o período da nossa observação presenciamos o uso da televisão e do DVD nas aulas de geografia e religião. Em conversa com o coordenador sobre o uso dos equipamentos citados, nos foi informado que os professores costumam usá-los, por isso já existe preocupação, pois

os equipamentos estão quebrando e não é feito o seu conserto - ele nos mostrou duas TVs de 29 polegadas e dois DVDs quebrados e colocados no canto da sala. O único espaço que permaneceu fechado foi o laboratório de informática por encontrar-se sucateado, não oferecendo assim condições de uso.

Num mesmo espaço funcionam secretaria, sala da coordenação e sala dos professores. Apesar de tantas funcionalidades, apenas o coordenador o utiliza permanentemente, pois os professores chegam no horário e dirigem-se direto para suas salas, e os funcionários da secretaria utilizam as mesas da biblioteca para seu trabalho.

O corpo docente da escola é formado por especialistas em Educação de Jovens e Adultos formados pela UFRN, tendo um professor mestre em geografia, que aguarda sua liberação para cursar o doutorado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

No momento da nossa pesquisa o quadro de professores estava incompleto, faltavam professor de matemática e uma pedagoga para o Nível II, e com a iminência da ausência de mais um professor devido a sua liberação para cursar o doutorado. No entanto, o horário da aula estava sendo cumprido, pois o coordenador se articulava com os docentes reorganizando o horário para que os alunos não voltassem para casa sem assistir aula. Quanto a isso há uma preocupação constante por parte dos professores e do coordenador. Eles demonstram preocupação com o abandono dos alunos, discutindo e organizando estratégias que possam evitar a evasão. Dentre as estratégias combinadas está o diálogo com os alunos sobre a frequência nas aulas, e isso faz com que eles sempre venham justificar o porquê da ausência. Como a maioria dos professores moram no mesmo bairro ou em bairros vizinhos, buscam informações sobre o aluno quando percebem a ausência e mandam recados pelos colegas de sala, telefonam ou fazem visitas nas sextas-feiras.

Durante nossas visitas, necessitamos coletar dados das fichas individuais dos alunos, mas não foi possível, pois o secretário geral estava com as chaves dos armários e não pode vir à escola no período da noite, impossibilitando assim nosso trabalho. Acatando a sugestão do coordenador e do gestor, deixamos por escrito o que queríamos coletar para que fosse passado aos funcionários, desta forma recebemos os dados de origem do nascimento dos alunos, idade e ata do rendimento anual por intermédio do coordenador, após duas semanas. Sem a possibilidade de coletar dados nas fichas individuais, pedimos permissão aos professores para acompanhá-los na sala de aula e fazermos entrevistas informais com os alunos durante a aula, quando possível. Desta forma, nós conversamos informalmente com os professores sobre o objetivo da nossa pesquisa e iniciamos observações no cotidiano da escola e diálogos informais nas salas de aula.

Com o recebimento dos dados construímos a tabela 06, onde podemos observar o local de nascimento dos alunos da Escola Sabiá. O nosso interesse em pesquisar os locais de origem se dá por percebermos, ao longo da nossa prática, que uma das características dos alunos da Educação de Jovens e Adultos residentes nas periferias é serem oriundos das cidades do interior. No entanto, ao coletarmos os dados constatamos que houve uma mudança no quadro, pois a Escola Sabiá apresenta 68% dos alunos nascidos na capital e apenas 21,8% nascidos no interior do estado, o que nos mostra uma configuração diferente da que presenciamos durante os últimos anos com alunos da Educação de Jovens e Adultos, quando a clientela era formada por pessoas que buscavam a capital em busca de uma melhoria de vida.

Tabela 04 - Local de nascimento dos alunos da escola Escola Sabiá

Turmas	Frequencia	%
Natal/RN	161	68,8
São Gonçalo do Amarante/RN	3	1,3
Ceará- Mirim	6	2,6
Interior do Estado do RN	51	21,8
Outros Estados	13	5,6
Total	234	100,0

Fonte: Fichas individuais/Ano 2010

Em relação à idade dos alunos da Escola Sabiá, constatamos a média de idade em 26,73% com desvio padrão de 12,71%, sendo presentes alunos jovens vindos do ensino fundamental do turno diurno e alunos com mais idade como, por exemplo, “Seu João”, aluno do nível III, com 75 anos de idade e, segundo professores, referência em perseverança entre os alunos.

Tabela 05 - Idade media dos alunos da Escola Sabiá

	Idade média (quantidade de alunos)	Desvio padrão
Escola Sabiá	26,73 (234)	12,71

Fonte: Fichas individuais/Ano 2010

Como não tivemos acesso às fichas individuais, coletamos informações sobre as profissões dos alunos através de entrevistas informais com professores, coordenador e os próprios alunos, ficando assim organizados no quadro abaixo:

Quadro 3 – Profissão dos Alunos

Profissões	Quantidade de alunos
Doméstica	29
Diarista	22
Pedreiro / ajudante	08
Vendedor ambulante	19
Pescador	06
Açougueiro	19
Feirante	29
Costureira	18
Cabeleireira/manicure	26
Comerciante	23
Estudante	24
Ajudante de padeiro	05
Balconista	06
Total de alunos	234

Fonte: Fichas Individuais da Escola Sabiá

Informaram-nos ainda que trabalham por conta própria, dedicando mais de oito horas diárias, o que muitas vezes dificulta conciliar o trabalho com o estudo, e que desejam no futuro ter um emprego com carteira assinada, para que possam ter estabilidade financeira e usufruir de alguns direitos como o 13º salário.

Em nossas conversas informais sobre a escola, os alunos apontaram a mudança da gestão escolar como um fator que desestimula a continuidade dos estudos, pois não reconhecem a nova gestão como articuladora do processo educativo. Queixam-se da falta de professores e da má conservação do prédio da escola e ainda da ausência nos horários de aula, afirmando que continuam porque os professores são bons e precisam estudar para melhorar de vida, mas relatam que este ano está sendo diferente, já que muitas pessoas têm deixado de frequentar, e entre os motivos citam o não acolhimento dos gestores, que se preocupam apenas com o turno diurno, segundo suas falas.

Quando ouvimos os professores sobre as queixas dos alunos, nos relataram individualmente que a mudança na gestão tem gerado desestímulo nos profissionais e principalmente nos alunos que se referem à antiga gestão como “boa e organizada”.

Na tentativa de entender o que significaria para estes alunos ser uma escola boa e organizada, começamos a fazer perguntas sobre as fotos expostas na biblioteca. Surgiram, então, relatos de alunos que estão na escola há vários anos e na mesma série, os quais nos contaram que antes tinha a hora do lanche e todos iam conversar no pátio, inclusive professores e gestores, e tinham sempre festas e lanches cooperativos com forró na sexta-feira, e que isso os estimulava a ir, pois, como disse um aluno, “a gente se disparecia”. Hoje, segundo ele, “quem quer lanche vem mais cedo e depois vai para sala e só sai pra ir embora, às vezes a gente nem conhece quem estuda nas outras salas”. Outro ponto citado diz respeito ao funcionamento da escola, já que “antes os alunos da noite não precisavam solicitar seus documentos durante o dia e agora quando precisam tem que pedir a alguém para vir ou sair do trabalho para resolver”.

Levamos estes relatos ao coordenador e ele nos contou que a gestora anterior terminou o mestrado e foi aprovada no concurso de uma instituição federal, deixando a rede municipal de ensino, e desde então vem sentindo mudanças no tocante ao bom andamento da escola e se diz desestimulado a continuar, embora reconheça a inexperiência dos atuais gestores.

Ao comentar sobre o rendimento dos alunos naquele ano, se diz surpreso com o abandono no Nível II, mas aponta como uma das causas o espaço de tempo sem professor e a troca seguida dos mesmos, por terem sido enviados professores temporários, causando a

desistência dos alunos, diferenciando dos anos anteriores em que o índice de sucesso era mais alto. Esta observação pode ser constatada na tabela abaixo que é referente ao rendimento anual dos alunos.

Tabela 06 - Rendimento escolar da escola sabiá, no ano de 2010

Turmas	1º Nível		2º Nível		3º Nível		4º Nível		Total de alunos (2010)	
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)
Aprovados	17	63,0	9	20,5	49	51,6	33	48,5	108	46,2
Abandono	9	33,3	29	45,5	43	45,3	30	44,1	102	43,6
Retidos	0	0,0	14	31,8	2	2,1	5	7,4	21	9,0
Transferidos	1	3,7	1	2,3	1	1,1	0	0,0	3	1,3
Matrícula Final	18	66,7	9	20,5	51	53,7	38	55,9	116	49,6
Matrícula Inicial	27	100,0	44	100,0	95	100,0	68	100,0	234	100,0

Fonte : Ata de Resultado Final, 12/2010.

Com base no que relatamos, observamos que as escolas pesquisadas têm uma prática pedagógica distinta. Uma se preocupa com o bom funcionamento da escola, e mesmo com o quadro de professores incompleto, enfrentando dificuldades por falta de material e problemas em sua estrutura física, busca estratégias para superar as dificuldades sempre pensando no sucesso dos alunos. A outra, no entanto, possui o quadro de professores completo, embora aconteçam constantes faltas e atrasos, o que torna o período de aulas curto e muitas vezes inexistente. Nesta, não existe um trabalho pensado nos alunos, é centralizado e adequado às necessidades dos professores.

Nessas práticas distintas podem estar o fator mais relevante por nós pesquisado em busca dos fatores que levam o aluno a abandonar a escola e o que os leva a permanecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve como objetivo pesquisar que fatores contribuem para o insucesso e o sucesso na Educação de Jovens e Adultos, com base nos índices de reprovação, aprovação e abandono nas turmas dessa modalidade de ensino no município de Natal/RN. A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas municipais, sendo uma na Zona Norte e outra na Zona Oeste da cidade. Buscamos identificar esses fatores através da análise das fichas individuais dos alunos, da observação do cotidiano escolar e através de diálogos informais com professores, coordenadores, gestores, funcionários e alunos das duas escolas, e estudando o documento Proposta de Reformulação da Educação de Jovens e Adultos - EJA da Rede Municipal de Ensino de Natal/RN.

Iniciamos a pesquisa visualizando os índices de aprovação, reprovação e abandono das 28 escolas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Natal, que ofereciam turmas de Educação de Jovens e Adultos. A partir da constatação dos dados, escolhemos duas escolas e passamos a frequentá-las dirigindo nosso olhar de pesquisadores para a sua dinâmica de funcionamento, a dinâmica da secretaria, a dinâmica da coordenação, a equipe de professores, a comunidade onde a escola está inserida, sua estrutura física e equipamentos. Desse modo, nos apropriamos de informações sobre as idades, os locais de nascimento, as profissões dos alunos, pois sabemos que as duas escolas possuíam um perfil socioeconômico parecido, e resultados bem distintos. Assim, tínhamos como suposição que estes fatores poderiam estar influenciando o insucesso e o sucesso dos seus alunos.

A observação do cotidiano das escolas foi necessária para podermos perceber e estudar as relações estabelecidas entre o índice e o que ocorre nas escolas. A hipótese que tínhamos era de que a idade estaria influenciando estes índices, porque encontramos alunos com idade abaixo da prevista pela Lei, assim, o fato de terem sido colocados no turno noturno estaria provocando seu abandono.

Supomos que os alunos poderiam ser de outras cidades e por algum motivo retornariam para seu local de origem, seja por ficarem desempregados sem condições de dar ou contribuir com o sustento da família, ou porque o turno e o tempo destinado ao trabalho não os permitia chegar no horário, poderia ser também a organização da escola que estaria inadequada ao perfil do aluno. Outros fatores de insucesso e sucesso poderiam ser a falta de equipamentos adequados ou em bom funcionamento para dar aula, assim como o despreparo do professor em lidar com jovens e adultos, ou a ausência dele na instituição que causava desestímulo em permanecer.

Dentre os inúmeros motivos que historicamente são apontados como causadores do abandono e do não sucesso na escola está o desempenho, o qual agrega um conjunto de fatores socioeconômicos que são externos e internos à escola.

As primeiras informações conseguidas nos diálogos informais nos apontam preliminarmente para fatores externos - busca de emprego, mudança de endereço e emprego, gravidez na adolescência, envolvimento com drogas, a violência na comunidade, a distância da escola e a dificuldade de conciliar trabalho com escola - como os mais significativos para as causas do abandono e os mais comuns no âmbito da Educação de jovens e adultos.

No entanto, constatamos que a comunidade onde as escolas estão localizadas também podem vir a ser um fator que contribui para o abandono e sucesso escolar. Nesse sentido, temos a Escola Canário, localizada em um bairro com histórico de violência e de difícil acesso no turno noturno; circundada por terrenos baldios e pequenos comércios que fecham a noite, o que torna o trajeto até a escola um local com pouco movimento de carros e pedestres, facilitando assim a ação de marginais; diante disso os alunos, professores, gestores e funcionários se agrupam no início e final do horário das aulas. Já na Escola Sábíá não é necessário agrupamento nos horários de entrada e saída, mesmo sabendo que existem casos de violência no bairro, isso não afeta a rotina de funcionamento da escola.

Já nos fatores internos, apontamos que as más condições de conservação das escolas pesquisadas não podem ser consideradas como fator de insucesso, visto que a Escola Sábíá encontrava-se com problemas hidráulicos em todos os banheiros, com o elevador, as fechaduras, aparelhos de TV e DVD quebrados, enquanto a Escola Canário tinha sua estrutura física e seus equipamentos em bom estado de conservação e mesmo assim apresentava alto índice de insucesso.

O corpo docente das escolas é formado na sua grande maioria por especialistas em Educação de Jovens e Adultos, mestres em educação e mestrandos. Em conversas com os professores da Escola Canário, estes se queixaram da jornada de trabalho e da falta de condições adequadas de trabalho, tais como: dificuldade de acesso aos equipamentos da escola, a falta de profissionais nas salas de informática, biblioteca e sala de vídeo, e ainda da insegurança dentro da escola, principalmente após o funcionamento do PROJOVEM, que tem suas aulas no mesmo horário e sua clientela é formada também por jovens, mas que, segundo os professores, têm histórico de serem violentos na comunidade e só vem à aula para receber a bolsa que é destinada e em pouco tempo evadem. Criticam as ações do governo em oferecer vagas na escola e não dar condições aos professores e alunos de desenvolver um bom trabalho

– que poderia evitar o abandono destes. Isso nos leva a apontar o texto escrito por Haddad (2008):

Os sistemas educativos têm sido mais eficientes em assegurar o acesso e menos em assegurar a permanência e a efetiva aprendizagem. A garantia legal, apesar de consagrar o direito, não tem tido força suficiente para propiciar educação de qualidade para todos (HADDAD, 2008, p.3).

No entanto, há um diferencial entre as duas escolas, o qual podemos apontar como sendo um fator relevante para o sucesso e o insucesso dos alunos, que é o trabalho em equipe. Em uma das escolas os professores e funcionários têm um tempo maior de convivência, no entanto, não há um trabalho de equipe pensado para a escola; os horários das aulas são irregulares, há constantes atrasos e faltas dos profissionais, inviabilizando o funcionamento regular da escola. Na outra, os professores se encontram de forma aligeirada antes ou depois das aulas e combinam como irão dar andamento às aulas nos dias da falta de algum profissional, além de comunicarem ao coordenador e gestor se percebem a ausência dos alunos, para juntos planejarem estratégias e tentarem trazê-lo de volta à sala de aula.

Em relação à gestão da escola, que pode ser um fator que contribui para o abandono e sucesso nas escolas pesquisadas, investigamos que as duas são organizadas seguindo a Proposta de Reformulação da Educação de Jovens e Adultos - EJA da Rede Municipal de Ensino de Natal/RN, que foi implantada naquele ano. Esse documento traz considerações teóricas e práticas para se reestruturar o currículo da EJA, a estrutura curricular, orientações para organização das turmas, detalhamento das atividades dos professores, planejamento e avaliação, e formação continuada.

Mesmo sendo uma proposta pensada e discutida pelos professores da Educação de Jovens e Adultos da Cidade de Natal, ainda não contempla a diversidade existente neste público, pois as escolas pesquisadas não conseguem seguir as suas orientações, principalmente quando nos referimos às atividades vivenciais e oficinas sugeridas no documento.

Quanto ao sistema, muito se tem falado que tanto a forma como o tempo que está organizado na EJA não atende seu público que na sua grande maioria é trabalhador. Este ponto já vem sendo discutido e afirmado como nos lembram Haddad e Pierro (1994):

[...] a escola terá que redimensionar o seu atendimento, encontrando modos que, sem renunciar à sua função precípua de preservação, transmissão e produção do conhecimento, possam efetivamente ir ao encontro dos limites impostos pelas

condições concretas de vida da população trabalhadora (HADDAD e PIERRO, 1994, p.12).

Sugiro que o caminho da reorganização dessa modalidade de ensino seja novamente refletido, buscando compreender e aprender com as comunidades em que as escolas estão inseridas, para que, assim, possam ser consideradas as demandas reais desse público. O documento de reorganização sugere que “a comunidade escolar por meio de um diálogo, pense na reorganização do tempo, do currículo e dos conteúdos a se trabalhar no período letivo, o que só é possível por meio do estudo, e reflexões sobre a prática pedagógica”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Os sujeitos educandos na EJA**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto>>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular**. São Paulo: Pioneira, 1974.

CARRANO, Paulo César R. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude**: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. In: Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista Educação & Sociedade. Campinas: vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial, out. 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo**: a Campanha de Pé no Chão. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.14, maio, 2000.

_____. Educação e exclusão no Brasil. Ação Educativa. In: **Le Monde Diplomatique**. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1218&Itemid=149>. Acesso em: 26 de janeiro de 2012.

IRELAND, T.D. et al. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In: **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. KRUPPA, S.M.P. (orgs). Brasília, Inep, Ministério da Educação, 2005.

OLIVEIRA, Martha Kohl. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Trabalho encomendado pelo GT “Educação de pessoas jovens e adultas” e apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPED – 26 a 30 de setembro de 1999, Caxambu.

OLIVEIRA, Martha K de. **O inteligente e o “estudado”**: alfabetização, escolarização e competência entre alunos de baixa renda. Revista da Faculdade de Educação [on line]. São Paulo: V.13, nº 2, p. 15-26, 1987.

Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551987000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29/08/2012.

PATTO, Maria Helena Souza. **A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro**. *Psicol. USP* [online]. 1992, vol.3, n.1-2, p. 107-121. ISSN 1678-5177. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br>. Último acesso em 15/08/02.

POCHO, Cláudia. L. et al. **Tecnologia Educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NATAL. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos** – Projeto Acreditar, Natal, 1999.

NATAL. Secretaria Municipal de Educação de Natal. **Plano Municipal de Educação - PME** (2005/2014). Natal/RN, 2005.

SANTOS, G. L. **Quando adultos voltam para a escola: o delicado equilíbrio para obter êxito na tentativa de elevação da escolaridade**. In: SOARES, Leôncio (Org.). *Aprendendo com a diferença – estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003, p.11-38.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Escolas em funcionamento na cidade de Natal
Ano – 2010

ESCOLAS MUNICIPAIS DE NATAL /EJA Ano - 2010	NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV
1-E. M. ALMERINDA BEZERRA FURTADO	1	3	3	2
2-E. M. AMADEU ARAÚJO	0	2	6	6
3-E. M. BERNARDO NASCIMENTO	0	2	2	2
4-E. M. CELESTINO PIMENTEL	2	2	5	3
5-E. M. CHICO SANTEIRO	1	1	3	1
6-E. M. DALVA DE OLIVEIRA	1	2	4	4
7-E. M. DJALMA MARANHÃO	1	1	3	3
8-E. M. EMÍLIA RAMOS	2	2	0	0
9-E. M. ERIVAN FRANÇA	1	2	2	1
10-E. M. FERREIRA ITAJUBÁ	0	0	4	3
11-E. M. FRANCISCA FERREIRA	1	2	3	1
12-E. M. IAPISSARA AGUIAR	0	0	2	2
13-E. M. IRMÃ ARCANGELA	2	1	4	4
14-E. M. JOSÉ DE ANDRADE FRAZÃO	2	2	1	2
15-E. M. JOSÉ DO PATROCÍNIO	1	1	2	2
16-E. M. JOSEFA BOTELHO	1	2	3	4
17-E. M. JUVENAL LAMARTINE	1	2	2	2
18-E. M. LUIZ MARANHÃO FILHO	0	0	5	4
19-E. M. MARIA ALEXANDRINA SAMPAIO	0	2	6	6
20-E. M. MARIA MADALENA	1	1	1	1
21-E. M. MARIO LIRA	1	1	3	2
22-E. M. OTTO BRITO GUERRA	2	2	5	2
23-E. M. SANTOS REIS	1	2	3	4
24-E. M. TEREZINHA PAULINO	1	2	4	4
25-E. M. ULISSES DE GÓIS	1	1	2	2
26-E. M. VERÍSSIMO DE MELO	0	0	3	3
27-E. M. WALDSOON JOSÉ PINHEIRO	0	0	3	3
28- E. M. PROFESSOR ZUZA	1	2	4	3
TOTAL DE SALAS	25	40	88	74

Fonte: SEJA/SME/2010

Salas dos Níveis I e II – 65 salas
 Salas dos Níveis III e IV – 162 salas
 Total de salas – 227 salas

APÊNDICE B - Índices de Aprovação, Reprovação e Abandono da EJA
nas Escolas Municipais de Natal – Níveis I e II - Ano 2009

	APROVA- DOS	%	REPROVA- DOS	%	ABANDONO	%
ESC M. DJALMA MARANHÃO	42	32,06	40	30,53	49	37,40
ESC M. JUVENAL LAMARTINE	13	28,26	9	19,57	24	52,17
ESC M. SANTOS REIS	10	20,83	14	29,17	24	50,00
ESC M. IRMÃ ARCANGELA ENSINO DE 1º GRAU	21	22,34	26	27,66	47	50,00
ESC M. JORNALISTA ERIVAN FRANÇA	37	45,68	1	1,23	43	53,09
ESC M. PROF AMADEU ARAUJO	13	16,88	26	33,77	38	49,35
ESC M. PROF DALVA DE OLIVEIRA	22	16,92	15	11,54	93	71,54
ESC M. PROF JOSE DE ANDRADE FRAZÃO	28	25,69	33	30,28	48	44,04
ESC M. PROF JOSE DO PATROCINIO PEREIRA PINTO	25	59,52	0	0,00	17	40,48
ESC M. PROF LAERCIO F. MONTEIRO	21	67,74	0	0,00	10	32,26
ESC M. PROF MARIA ALEXANDRINA SAMPAIO	50	61,73	0	0,00	31	38,27
ESC M. PROF MARIA MADALENA XAVIER DE ANDRADE	26	37,14	17	24,29	27	38,57
ESC M. PROFA TEREZINHA PAULINO DE LIMA	25	36,76	19	27,94	24	35,29
ESC M. CELESTINO PIMENTEL	25	25,25	32	32,32	42	42,42
ESC M. CHICO SANTEIRO	22	45,83	4	8,33	22	45,83
ESC M. PREF MARIO LIRA	21	33,87	15	24,19	26	41,94
ESC M. PROF ALMERINDA BEZERRA FURTADO	25	21,01	37	31,09	57	47,90
ESC M. PROF BERNARDO DO NASCIMENTO	5	19,23	14	53,85	07	26,92
ESC M. PROF FCA FERREIRA DA SILVA	14	17,07	27	32,93	41	50,00
ESC M. PROF ZUZA	19	27,14	22	31,43	29	41,43
ESC M. PROFª EMILIA RAMOS	30	22,56	46	34,59	57	42,86

**APÊNDICE B - Índices de Aprovação, Reprovação e Abandono da EJA
nas Escolas Municipais de Natal – Níveis I e II - Ano 2009 (Continuação.)**

	APROVA- DOS	%	REPROVA- DOS	%	ABANDONO	%
ESC M. OTTO DE BRITO GUERRA	38	24,68	54	35,06	62	40,26
ESC M. PROF JOSEFA BOTELHO	17	31,48	16	29,63	21	38,89
ESC M. PROF ULISSES DE GOIS	5	10,87	21	45,65	20	43,48
MÉDIA		31,65		25,63		42,72

Fonte: INEP/SEEC/GAEE

ZONA LESTE
ZONA NORTE
ZONA OESTE
ZONA SUL

APÊNDICE C - Índices de Aprovação, Reprovação e Abandono da EJA
nas Escolas Municipais de Natal – níveis III e IV- Ano 2009

	APROVA DOS	%	REPROVA DOS	%	ABANDONO	%
ESC M. JUVENAL LAMARTINE	57	46,34	18	14,63	48	39,02
ESC M. SANTOS REIS	19	37,25	2	3,92	30	58,82
ESC M. PROF M ^a MADALENA XAVIER DE ANDRADE	34	44,16	9	11,69	34	44,16
ESC M. PROF JOSE DE ANDRADE FRAZÃO	51	47,22	17	15,74	40	37,04
ESC M. JORNALISTA ERIVAN FRANÇA	41	20,20	116	57,14	46	22,66
ESC M. IRMA ARCANGELA ENSINO DE 1º GRAU	101	33,44	40	13,25	161	53,31
ESC M. PROF MARIA ALEXANDRINA SAMPAIO	101	31,37	24	7,45	197	61,18
ESC M. PROF WALDSON JOSE BASTOS PINHEIRO	68	26,05	33	12,64	160	61,30
ESC M. PROF DALVA DE OLIVEIRA	70	20,83	35	10,42	231	68,75
ESC M. PROF ^a IAPISSARA AGUIAR	98	56,32	27	15,52	49	28,16
ESC M. PROF ^a TEREZINHA PAULINO DE LIMA	106	37,19	39	13,68	140	49,12
ESC M. PROF AMADEU ARAÚJO	119	26,39	157	34,81	175	38,80
ESC M. PROF JOSE DO PATROCÍNIO PEREIRA PINTO	122	47,29	38	14,73	98	37,98
ESC M. CELESTINO PIMENTEL	72	31,30	20	8,70	138	60,00
ESC M. PROF VERÍSSIMO DE MELO	105	49,76	45	21,33	61	28,91
ESC M. PREF MARIO LIRA	52	37,41	40	28,78	47	33,81
ESC M. PROF ALMERINDA BEZERRA FURTADO	39	23,49	22	13,25	105	63,25
ESC M. CHICO SANTEIRO	39	32,77	20	16,81	60	50,42
ESC M. FERREIRA ITAJUBA ENS DE 1º GRAU	72	27,69	30	11,54	158	60,77
ESC M. PROF FCA FERREIRA DA SILVA	58	33,92	40	23,39	73	42,69
ESC M. PROF LUIS MARANHÃO FILHO	108	40,91	10	3,79	146	55,30

**APÊNDICE C - Índices de Aprovação, Reprovação e Abandono da EJA
nas Escolas Municipais de Natal – níveis III e IV- Ano 2009 (Continuação)**

	APROVA- DOS	%	REPRO- VADOS	%	ABAN- DONO	%
ESC M. PROF BERNARDO DO NASCIMENTO	76	40,86	10	5,38	100	53,76
ESC M. PROF ZUZA	47	23,15	18	8,87	138	67,98
ESC M. OTTO DE BRITO GUERRA	66	26,94	50	20,41	129	52,65
ESC M. PROF JOSEFA BOTELHO	35	48,61	6	8,33	31	43,06
ESC M. PROF ULISSES DE GOIS	32	32,00	12	12,00	56	56,00
Média	1788	35,50	878	15,70	2651	48,80

Fonte: INEP/SEEC/ATP/GAEE

ZONA LESTE

ZONA NORTE

ZONA OESTE

ZONA SUL